

# Grupo Toky S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR)  
em 31 de março de 2026

Ref.: Relatório nº 265TP-005-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da administração	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	27
Informações financeiras trimestrais	30
Notas explicativas da administração às informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, referentes ao período findo em 31 de março de 2026	37

G R U P O  
**TOKU**

*Relatório da Administração dos Resultados do*

**1T26**

**MBLY B3 LISTED NM**

## Índice

1	Mensagem da Administração	03
2	Desempenho Financeiro	06
3	Gross Merchandise Value (GMV)	09
4	Lucro Bruto	10
5	Custos Logísticos	11
6	Marketing e Despesas com Vendas	11
7	Despesas Operacionais e Pessoais	12
8	EBITDA e IFRS 16	14
9	EBIT	15
10	Resultado Líquido	16
11	<i>Atualização de Sinergias</i>	16
12	Fluxo de Caixa	18
13	Acompanhamento de Covenants	19
14	Anexos	20
15	Glossário	26

## Mensagem da ADMINISTRAÇÃO

O desempenho do Grupo Toky neste trimestre foi diretamente influenciado por um ambiente macroeconômico desafiador, especialmente para o setor de varejo de móveis e decoração. O segmento segue impactado por taxas de juros elevadas, maior nível de endividamento das famílias e condições de crédito mais restritivas. Esse cenário tem pressionado a confiança do consumidor e levado à postergação de decisões de compra, refletindo em um desempenho de vendas abaixo do potencial esperado.

Somando-se ao cenário macroeconômico restritivo, a empresa enfrentou desafios operacionais severos de desabastecimento, caracterizados por uma quebra na cadeia de suprimentos. Essa ruptura de estoque, causada por dificuldades com fornecedores, levou ao aumento dos prazos de entrega e, conseqüentemente, reduziu o total de vendas realizadas, além de elevar expressivamente o volume de pedidos de cancelamento, impactando de forma significativa a receita reconhecida no período.

A contração da receita decorrente das rupturas de estoque e a pressão macroeconômica sobre a liquidez de curto prazo culminaram em uma decisão estratégica e, no dia 12 de maio de 2026, a Companhia anunciou o ajuizamento do pedido de recuperação judicial da holding e de suas subsidiárias. Essa medida tornou-se necessária diante de um patamar de endividamento bancário incompatível com a atual capacidade de geração de caixa do Grupo, reflexo direto da manutenção das taxas de juros de mercado em patamares elevados por um período prolongado, o que onera significativamente o custo do passivo financeiro. O pedido de recuperação judicial tem como objetivo resguardar a Companhia e suas controladas, viabilizar a continuidade de suas atividades, preservar os serviços prestados, seu valor e sua função social, bem como criar condições para a negociação e implementação de uma solução adequada para suas obrigações, no interesse da Companhia e de suas controladas, credores, colaboradores, acionistas e demais stakeholders.

Diante do contexto acima, no 1º trimestre de 2026, o GMV consolidado do Grupo atingiu R\$418,6 milhões, uma diminuição de 15,7% em comparação ao mesmo período do ano passado. A receita líquida atingiu R\$309,4 milhões, apresentando uma queda de 18,9% em relação ao ano anterior.

A Margem Bruta consolidada atingiu 52,5% em 1T26 (redução de -2,3 pp vs 1T25), principalmente pressionado por descontos oferecidos pela Mobly, com o objetivo de mitigar os efeitos na redução nas vendas advindos da dificuldade de abastecimento de estoques enfrentada pelo Grupo.

No 1T26, os custos logísticos representam 14,4% da Receita Líquida, ante 12,1% no 1T25. O aumento registrado no período está relacionado, principalmente, aos custos associados à consolidação dos estoques no Centro de Distribuição de Cajamar, processo que possibilitou a devolução parcial da unidade de Extrema. Adicionalmente, a menor ocupação da frota operacional, em decorrência da redução no volume de vendas, também pressionou os custos no período. A Companhia espera a gradual normalização desses gastos para níveis históricos nos próximos trimestres, à medida que a integração logística seja concluída.

As despesas com Vendas e Marketing totalizaram 14,1% da Receita Líquida no 1T26 (ante 12,0% no 1T25), principalmente influenciado por um maior custo para atrair e converter o cliente com as restrições de produtos à venda e prazos de entrega pressionados. Na marca Tok&Stok, o Grupo concentrou esforços na melhoria da rentabilidade nominal, apoiada por uma administração mais eficiente dos investimentos em mídia e performance (ROAS – Return on Ad Spend), com foco na expansão da margem absoluta. Adicionalmente, o maior volume de cancelamentos observado no período reduziu a conversão da receita inicialmente captada em receita líquida reconhecida, aumentando proporcionalmente o peso das despesas em relação ao faturamento.

O EBITDA do grupo atingiu R\$14,2 milhões no 1T26 com uma margem de 4,6% (13,9% no 1T25) e o EBITDA Ajustado foi de R\$19,1 milhões, com uma margem de 6,2% no 1T26 (14,1% no 1T25). Conforme noticiado no trimestre anterior, houve efeitos extemporâneos que sensibilizaram o resultado ao longo de 2025; por essa razão, apresentamos a visão normalizada detalhada a seguir. Para o trimestre atual, também houve impactos dessa natureza. Dessa forma, o EBITDA Normalizado totalizou R\$ 6,2 milhões no 1T26, com margem de 2,0% (10,4% no 1T25), enquanto o EBITDA Ajustado Normalizado atingiu R\$ 11,1 milhões, com margem de 3,6% (10,6% no 1T25).

No 1º trimestre de 2026, o EBIT foi negativo, atingindo uma margem de -9,2%, com uma queda de -9,2 p.p. Conforme detalhado ao longo dos parágrafos anteriores, o desempenho do trimestre reflete principalmente os impactos operacionais e comerciais já mencionados. Ainda assim, observou-se neste trimestre uma melhora na linha de despesas de depreciação, em linha com a menor base de arrendamentos de lojas e centros de distribuição (CDs) do Grupo, contribuindo parcialmente para amenizar a pressão sobre o resultado.

O resultado financeiro foi negativo em R\$47,6 milhões no trimestre. A performance do período foi impactada principalmente pelos efeitos da correção monetária sobre o endividamento, que majoritariamente decorrem do Plano de Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok, assinado na combinação de negócios. Adicionalmente, o resultado financeiro também foi pressionado pelas despesas com juros de antecipação, reflexo da atual restrição de liquidez do Grupo.

O Grupo encerrou o trimestre com R\$40,8 milhões em caixa e liquidez total de R\$119,8 milhões, mantendo foco na preservação de sua saúde financeira e na gestão da liquidez. Além do resultado operacional do trimestre, o consumo de caixa do período também foi impactado principalmente por custos com alugueis, juros de antecipação de recebíveis, investimentos no imóvel da Loja de Pinheiros da Tok&Stok, e na desmobilização do CD de Extrema da Tok&Stok. Em um cenário de volatilidade nas vendas decorrente de rupturas de estoque, a Administração reforça que sua prioridade permanece a manutenção de níveis adequados de liquidez, assegurando a resiliência necessária para enfrentar o atual ciclo de ajuste operacional.

Apesar dos severos desafios enfrentados no período, os resultados também demonstram a consolidação das estratégias adotadas durante a fusão das empresas Mobly e Tok&Stok e os avanços na captura de sinergias. A Administração permanece totalmente confiante na capacidade de recuperação e transformação da Companhia, convicta de que o processo de recuperação judicial permitirá avançar na reestruturação das operações e do endividamento para estabelecer uma estrutura de capital equilibrada e sustentável no longo prazo.

O foco da gestão segue firme no controle rigoroso do fluxo de caixa, na eficiência operacional, na normalização do abastecimento e na preservação do relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores para garantir a retomada gradual do desempenho operacional.

## Desempenho financeiro

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
<b>GMV *</b>	<b>418,6</b>	<b>496,3</b>	<b>(15,7%)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>309,4</b>	<b>381,4</b>	<b>(18,9%)</b>
( - ) Custo dos produtos vendidos	(146,9)	(172,3)	14,8%
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>162,6</b>	<b>209,1</b>	<b>(22,3%)</b>
% da Receita Líquida	52,5%	54,8%	-2,3 pp
( - ) Custos logísticos	(44,5)	(46,3)	3,9%
% da Receita Líquida	(14,4%)	(12,1%)	-2,2 p.p
<b>(=) Margem de Contribuição II</b>	<b>118,1</b>	<b>162,8</b>	<b>(27,5%)</b>
% da Receita Líquida	38,2%	42,7%	-4,5 p.p
( - ) Mkt & despesas c/ vendas	(43,7)	(45,8)	4,7%
% da Receita Líquida	(14,1%)	(12,0%)	-2,1 p.p
<b>(=) Margem de Contribuição III</b>	<b>74,4</b>	<b>117,0</b>	<b>(36,4%)</b>
% da Receita Líquida	24,0%	30,7%	-6,6 p.p
( - ) Pessoal administrativo	(12,2)	(27,1)	55,1%
% da Receita Líquida	(3,9%)	(7,1%)	3,2 p.p
( - ) Despesas operacionais	(43,1)	(36,0)	(19,8%)
% da Receita Líquida	(13,9%)	(9,4%)	-4,5 p.p
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>19,1</b>	<b>53,9</b>	<b>(64,5%)</b>
% da Receita Líquida	6,2%	14,1%	-7,9 p.p
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(4,9)	(0,8)	(539,1%)
<b>(=) EBITDA</b>	<b>14,2</b>	<b>53,1</b>	<b>(73,2%)</b>
% da Receita Líquida	4,6%	13,9%	-9,3 p.p
( - ) D&A	(42,6)	(53,1)	19,9%
<b>(=) EBIT</b>	<b>(28,3)</b>	<b>(0,0)</b>	<b>(63,0%)</b>
% da Receita Líquida	(9,2%)	(0,0%)	-9,2 p.p
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(47,6)</b>	<b>(43,9)</b>	<b>(8,4%)</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
(+/-) IR/CS Diferidos	0,4	-	100,0%
<b>(=) Lucro/prejuízo do período</b>	<b>(75,5)</b>	<b>(44,0)</b>	<b>(71,6%)</b>
% da Receita Líquida	(24,4%)	(11,5%)	-12,9 p.p

em R\$ milhões	1T26			1T25			Var. 25 Normalizado vs. 2026 Normalizado
	Contábil	Normalizado	Var	Contábil	Normalizado	Var	
<b>GMV *</b>	<b>418,6</b>	<b>418,6</b>	-	<b>496,3</b>	<b>496,3</b>	-	<b>(77,7)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>309,4</b>	<b>309,4</b>	-	<b>381,4</b>	<b>381,4</b>	-	<b>(72,0)</b>
( - ) Custo dos produtos vendidos <b>(1)</b>	(146,9)	(146,9)	-	(172,3)	(171,3)	1,0	24,4
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>162,6</b>	<b>162,6</b>	-	<b>209,1</b>	<b>210,1</b>	<b>1,0</b>	<b>(47,6)</b>
% da Receita Líquida	52,5%	52,5%	-	54,8%	55,1%	0,3%	66,1%
( - ) Custos logísticos	(44,5)	(44,5)	-	(46,3)	(46,3)	-	1,8
% da Receita Líquida	(14,4%)	(14,4%)	-	(12,1%)	(12,1%)	-	(2,5%)
<b>(=) Margem de Contribuição II</b>	<b>118,1</b>	<b>118,1</b>	-	<b>162,8</b>	<b>163,8</b>	<b>1,0</b>	<b>(45,7)</b>
% da Receita Líquida	38,2%	38,2%	-	42,7%	43,0%	0,3%	63,6%
( - ) Mkt & despesas c/ vendas	(43,7)	(43,7)	-	(45,8)	(45,8)	-	2,1
% da Receita Líquida	(14,1%)	(14,1%)	-	(12,0%)	(12,0%)	-	(3,0%)
<b>(=) Margem de Contribuição III</b>	<b>74,4</b>	<b>74,4</b>	-	<b>117,0</b>	<b>118,0</b>	<b>1,0</b>	<b>(43,6)</b>
% da Receita Líquida	24,0%	24,0%	-	30,7%	30,9%	0,3%	60,6%
( - ) Pessoal administrativo <b>(2)</b>	(12,2)	(20,2)	(8,0)	(27,1)	(27,1)	-	7,0
% da Receita Líquida	(3,9%)	(6,5%)	(2,6%)	(7,1%)	(7,1%)	-	(9,7%)
( - ) Despesas operacionais <b>(3)</b>	(43,1)	(43,1)	-	(36,0)	(50,3)	(14,3)	7,2
% da Receita Líquida	(13,9%)	(13,9%)	-	(9,4%)	(13,2%)	-	(10,0%)
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>19,1</b>	<b>11,1</b>	<b>(8,0)</b>	<b>53,9</b>	<b>40,6</b>	<b>(13,3)</b>	<b>(29,4)</b>
% da Receita Líquida	6,2%	3,6%	-	14,1%	10,6%	-	40,9%
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(4,9)	(4,9)	-	(0,8)	(0,8)	-	(4,2)
<b>(=) EBITDA</b>	<b>14,2</b>	<b>6,2</b>	<b>(8,0)</b>	<b>53,1</b>	<b>39,8</b>	<b>(13,3)</b>	<b>(33,6)</b>
% da Receita Líquida	4,6%	2,0%	-	13,9%	10,4%	-	46,7%
( - ) D&A	(42,6)	(42,6)	-	(53,1)	(53,1)	-	10,6
<b>(=) EBIT</b>	<b>(28,3)</b>	<b>(36,3)</b>	<b>(8,0)</b>	<b>(0,0)</b>	<b>(13,3)</b>	<b>(13,3)</b>	<b>(23,0)</b>
% da Receita Líquida	(9,2%)	(11,7%)	(2,6%)	(0,0%)	(3,5%)	(3,5%)	32,0%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(47,6)</b>	<b>(47,6)</b>	-	<b>(43,9)</b>	<b>(43,9)</b>	-	<b>(3,7)</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) IR/CS Diferidos	0,4	0,4	-	-	-	-	0,4
<b>(=) Lucro/prejuízo do período</b>	<b>(75,5)</b>	<b>(83,5)</b>	<b>(8,0)</b>	<b>(44,0)</b>	<b>(57,2)</b>	<b>(13,2)</b>	<b>(26,3)</b>
% da Receita Líquida	(24,4%)	(27,0%)	-	(11,5%)	(15,0%)	-	-

(1) No 1T25, normalizamos os números dos custos dos produtos vendidos com o efeito da mais-valia de estoques, no valor de R\$1 milhão. Os efeitos da mais-valia causaram uma distorção no custo, piorando o valor bruto e margem sobre a receita.

(2) Normalização referente às reversões das provisões de bônus de períodos anteriores.

- (3) As despesas operacionais foram afetadas por efeitos extemporâneos no total de R\$14,4 milhões no primeiro trimestre de 2025, referentes principalmente à estornos de provisão ligadas à estornos de contingências trabalhistas e outras provisões de períodos anteriores.

## Gross Merchandise Value (GMV)

Gross Merchandise Value (GMV) em R\$ milhões	Grupo Toky			Mobly			Tok&Stok		
	1T26	1T25	Var	1T26	1T25	Var	1T26	1T25	Var
Website	87,4	109,6	(20,3%)	33,6	53,3	(37,0%)	53,8	56,3	(4,4%)
Marketplace	59,2	58,0	2,0%	59,2	58,0	2,0%	-	-	-
Lojas	267,8	318,9	(16,0%)	45,1	56,7	(20,4%)	222,7	262,2	(15,1%)
Sellercenter	0,1	7,3	(99,2%)	0,1	7,3	(99,2%)	-	-	-
Outras Receitas	4,1	2,5	63,9%	3,1	2,5	25,5%	1,0	-	100,0%
<b>GMV</b>	<b>418,6</b>	<b>496,3</b>	<b>(15,7%)</b>	<b>141,1</b>	<b>177,8</b>	<b>(20,6%)</b>	<b>277,5</b>	<b>318,5</b>	<b>(12,9%)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>309,4</b>	<b>381,4</b>	<b>(18,9%)</b>	<b>100,8</b>	<b>127,2</b>	<b>(20,7%)</b>	<b>208,6</b>	<b>254,2</b>	<b>(17,9%)</b>

A companhia iniciou o ano com um GMV consolidado do Grupo Toky atingindo R\$418,6 milhões no 1T26, uma diminuição de 15,7% em comparação com 1T25. As dificuldades que já noticiamos que a companhia enfrentou em relação aos problemas de abastecimento que resultaram em restrições temporárias nos níveis de estoque, comprometeram significativamente a disponibilidade de itens para vendas impactando diretamente na liquidez a curto prazo do grupo. Além disso, é de conhecimento que o cenário atual é de forte retração do consumidor devido à forte pressão financeira dos juros elevados e o alto endividamento do consumidor. Esses fatores em conjunto contribuíram para a forte queda na receita do primeiro trimestre, porém a expectativa da companhia é de reorganizar sua estrutura de operações pensando na reestruturação financeira através do pedido de recuperação judicial mencionado anteriormente.

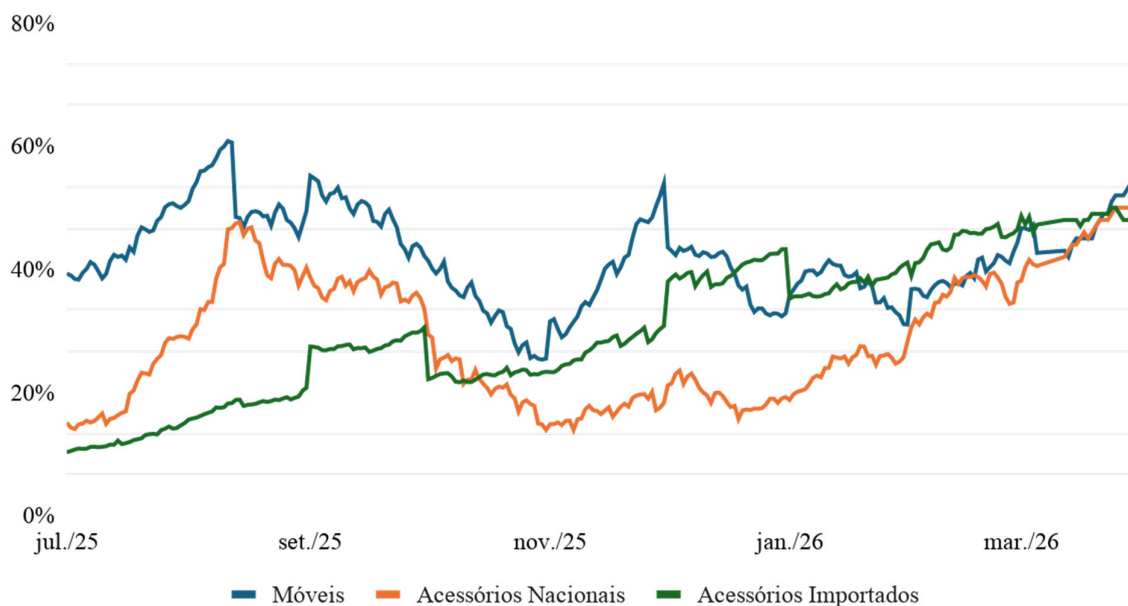
Com todo o contexto mencionado de queda da receita, a maioria dos canais de vendas do grupo sofreram queda no primeiro trimestre, o principal canal de venda online sofreu uma queda de 20,3% em relação ao mesmo período de 2025. Porém, em Marketplace, registrou um aumento de 2,0%, mostrando que mesmo com os desafios mencionados, a marca Mobly continua consolidada no segmento digital.

Nas lojas físicas também houve redução, de 16% no consolidado, 20,4% na Mobly e 15,1% na Tok&Stok. Esse modelo de vendas é o mais afetado pela crise macroeconômica, o endividamento do consumidor acarreta menor quantidade de visita nas lojas.

Conforme noticiamos no trimestre anterior, a Companhia encerrou a operação de vendas de Seller's Center (varejistas 3os vendendo no site da Mobly), visando uma estratégia de concentração de esforços e recursos em produtos de marca própria.

A ruptura de estoques ocasionou as dificuldades de abastecimento da companhia a partir do último semestre de 2025, que afetou significativamente as vendas e entregas do Grupo, comprometendo significativamente as posições de liquidez no curto prazo.

### Evolução da Ruptura por Categoria

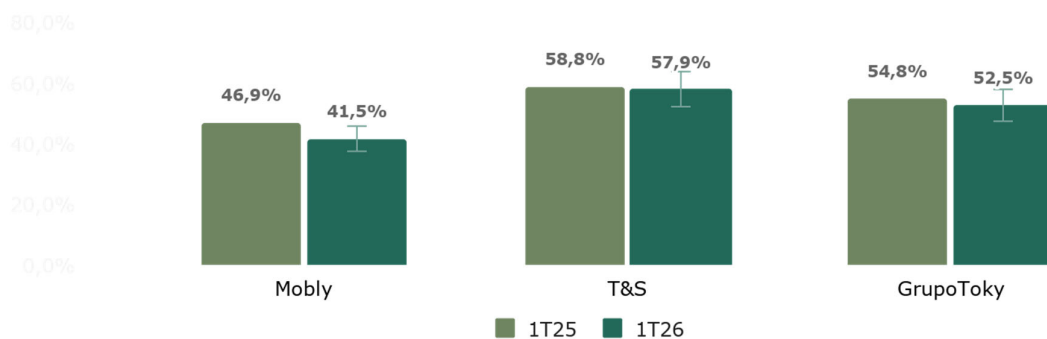


## Lucro Bruto

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
Receita Op. Líquida	309,4	381,4	(18,9%)
( - ) Custo dos produtos vendidos	(146,9)	(172,3)	14,8%
<b>( = ) Lucro Bruto</b>	<b>162,6</b>	<b>209,1</b>	<b>(22,3%)</b>
% da Receita Líquida	52,5%	54,8%	-2,3 p.p

A margem bruta consolidada atingiu 52,5% no trimestre, com uma queda de 2,3 p.p. em relação ao 1T25. O custo dos produtos vendidos acompanhou a queda da receita e fechou o trimestre com melhora de 14,8% no valor bruto. A queda na margem observada é o resultado dos fatores apresentados na seção anterior, com isso a margem por empresa fechou o trimestre da seguinte forma:

Margem por empresa no 1T26



Na Tok&Stok houve uma queda em sua margem, passando de 58,8% no 1T25 para 57,9% no 1T26. A alta redução registrada na margem da Mobly, caindo de 46,9% no 1º período de 2025 para 41,5% no 1º período de 2026, reflete o impactado pelos descontos oferecidos, como medida para compensar as restrições de estoques e de prazos de entrega.

## Custos Logísticos

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
( - ) Transportes	(26,9)	(29,5)	8,9%
( - ) Meios de Pagamento	(6,3)	(7,4)	14,2%
( - ) Pessoas - Logística	(11,4)	(9,2)	(23,0%)
( - ) Perda de Crédito Esperada	0,1	(0,2)	153,8%
<b>( - ) Custos Logísticos</b>	<b>(44,5)</b>	<b>(46,3)</b>	<b>3,9%</b>
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>(14,4%)</i>	<i>(12,1%)</i>	<i>-2,2 p.p</i>

No 1º trimestre de 2026, os custos logísticos do grupo atingiram 14,4% da Receita Líquida, um aumento de 2,2 p.p. na comparação anual (ante 12,1% no 1T25). Apesar da redução do valor bruto, a piora na margem se deve pela redução na receita influenciada pelos fatores macroeconômicos e redução de estoque já mencionados. Alguns outros fatores que geraram perdas pontuais na companhia, como algumas ineficiências operacionais durante o processo de transferência de operações logísticas de Extrema para Cajamar. A economia estimada com essa transferência, como custos de ocupação, manutenção e outras despesas variáveis é estimada em R\$23 milhões anuais a partir de 2026.

## Marketing & Despesas com Vendas

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
( - ) Propaganda e Publicidade	(14,5)	(17,9)	18,9%
( - ) Pessoas - Vendas	(28,7)	(28,0)	(2,8%)
( - ) Outras despesas com vendas	(0,5)	-	100.0%
<b>( - ) Mkt &amp; despesas c/ vendas</b>	<b>(43,7)</b>	<b>(45,8)</b>	<b>4,7%</b>
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>(14,1%)</i>	<i>(12,0%)</i>	<i>-2,1 p.p</i>

No 1T26, as despesas de propaganda e publicidade apresentaram uma redução de 18,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Quando observamos a margem em relação à receita líquida, houve uma estabilização do percentual ficando em 4,7% nos dois períodos. Esse percentual evidencia o resultado positivo das estratégias adotadas de captura de sinergias durante o processo de fusão das duas empresas do grupo, que mesmo com a redução significativa na receita devido aos fatores já mencionados, a companhia mantém o compromisso de redução de suas despesas.

Em despesas com pessoal de vendas, o número se mostrou estável com variação de -2,8% em valores absolutos do 1T26 em relação ao mesmo período do ano passado, sendo influenciado principalmente pelo efeito dos valores mínimos garantidos para os times de vendas, o que pressiona o percentual destes valores sobre a Receita Líquida quando ocorre uma redução significativa nas vendas do período.

As contas da linha de Outras despesas com vendas foram reclassificadas da linha de despesas operacionais, devido a uma realocação pontual para melhor adequação das classificações das contas, porém esse movimento não representou um aumento significativo no grupo.

## Despesas Operacionais e Pessoal Administrativo

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
( - ) Pessoal - Administrativo	(12,2)	(27,1)	55,1%
% da Receita Líquida	(3,9%)	(7,1%)	3,2 pp
( - ) Despesas Comerciais	(24,3)	(38,5)	36,9%
% da Receita Líquida	(7,9%)	(12,4%)	4,6 pp
( - ) Despesas Gerais e Administrativas	(17,5)	(7,7)	(128,1%)
% da Receita Líquida	(5,6%)	(2,5%)	-3,2 pp
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(1,3)	10,2	(112,8%)
% da Receita Líquida	(0,4%)	3,3%	-3,7 pp
<b>( - ) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo</b>	<b>(55,3)</b>	<b>(63,1)</b>	<b>12,4%</b>
% da Receita Líquida	(17,9%)	(16,5%)	-1,3 p.p

No IT26 a linha Pessoal Administrativo representou uma redução de 3,2 p.p referente ao mesmo período do ano passado, passando de 7,1% para 3,9% da receita líquida. A relevante diluição de custos observada no período reflete a rápida captura de sinergias decorrentes da combinação de negócios. Além disso, tivemos ajustes relacionados à reversão de provisões de bônus de outros períodos no valor de R\$8 milhões. Esse desempenho reforça a eficiência da nova estrutura organizacional e evidencia o compromisso da administração com a disciplina financeira, contribuindo para uma geração de valor mais consistente por meio de uma operação mais enxuta e eficiente.

As Despesas Comerciais encerraram o IT26 com uma melhora operacional de 36,9% frente ao mesmo período do ano anterior, favorecidas pelos ganhos de eficiência e sinergia da fusão, e também pela redução de Lojas e do CD em Extrema da Tok&Stok. Cabe ressaltar que a estrutura de custos e despesas operacionais das lojas físicas da TokStok está diretamente relacionada ao modelo presencial, ainda predominante na geração de receita da companhia.

As Despesas Gerais e Administrativas do IT26 registraram impacto de R\$17,5 milhões, contribuindo para um aumento pontual da linha no trimestre.

A tabela a seguir apresenta os números do período e seus comparativos já contemplando os efeitos extemporâneos, relacionados à reversão de provisões de bônus na linha Pessoal Administrativo.

em R\$ milhões	IT26 Normalizado	IT25 Normalizado	Var
( - ) Pessoal - Administrativo	(20,2)	(27,1)	25,6%
<i>% da Receita Líquida</i>	(6,5%)	(7,1%)	
( - ) Despesas Comerciais	(24,3)	(38,5)	36,9%
<i>% da Receita Líquida</i>	(7,9%)	(10,1%)	
( - ) Despesas Gerais e Administrativas	(17,5)	(14,0)	(24,9%)
<i>% da Receita Líquida</i>	(5,6%)	(3,7%)	
(+/-) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(1,3)	2,2	(159,6%)
<i>% da Receita Líquida</i>	(0,4%)	0,6%	
<b>( - ) Desp. Fixas e Pessoal Administrativo</b>	<b>(63,3)</b>	<b>(77,4)</b>	<b>18,3%</b>
<i>% da Receita Líquida</i>	(20,4%)	(20,3%)	-0,1 p.p

Conforme evidenciado acima, o grupo registrou um ganho de eficiência em Pessoal Administrativo mesmo quando desconsiderados os efeitos extemporâneos, resultando em uma redução de 7,1% no 1T25 para 6,5% no 1T26.

Em função das reclassificações que ocorreram entre algumas contas de despesa, a análise individual dos grupos de Despesas Comerciais e das Despesas Gerais e Administrativas (G&A) é imprecisa. Para obter uma visão mais confiável do controle de custos e dos ganhos de sinergia, analisamos as duas linhas de forma consolidada no período normalizado. A soma dessas despesas registrou uma redução significativa, passando de R\$52,5 milhões no 1T25 para R\$41,8 milhões no 1T26, o que representa uma diminuição total de R\$10,7 milhões, ou 20,4%.

## EBITDA e IFRS 16

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
( = ) Margem de Contribuição III	74,4	117,0	(36,4%)
( - ) Pessoal - Administrativo	(12,2)	(27,1)	55,1%
( - ) Despesas Operacionais	(43,1)	(36,0)	(19,8%)
<b>( = ) EBITDA Ajustado</b>	<b>19,1</b>	<b>53,9</b>	<b>(64,5%)</b>
% da Receita Líquida	6,2%	14,1%	-7,9 p.p
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(4,9)	(0,8)	(539,1%)
<b>( = ) EBITDA</b>	<b>14,2</b>	<b>53,1</b>	<b>(73,2%)</b>
% da Receita Líquida	4,6%	13,9%	-9,3 p.p

O EBITDA em 1T26 do Grupo Toky atingiu R\$14,2 milhões, representando uma queda de 73,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com retração de -9,3 p.p. na margem. A margem EBITDA Ajustado atingiu 6,2% da receita líquida, com uma diminuição de -7,9 p.p em comparação anual.

O EBITDA reportado do trimestre foi beneficiado por efeitos não recorrentes, principalmente na linha de Pessoal Administrativo. Excluindo tais efeitos, o EBITDA normalizado teria sido de R\$6,2 milhões, equivalente a uma margem de 2,0% da Receita Líquida.

em R\$ milhões	1T26			1T25			Var. 2025 Normalizado vs. 2026 Normalizado
	1T26	Normalizado	Var	1T25	Normalizado	Var	
( = ) Margem de Contribuição III	74,4	74,4	-	117,0	118,0	(0,9%)	(43,6)
( - ) Pessoal - Administrativo	(12,2)	(20,2)	39,7%	(27,1)	(27,1)	-	7,0
( - ) Despesas Operacionais	(43,1)	(43,1)	-	(36,0)	(50,3)	28,5%	7,2
<b>( = ) EBITDA Ajustado</b>	<b>19,1</b>	<b>11,1</b>	<b>71,8%</b>	<b>53,9</b>	<b>40,6</b>	<b>32,8%</b>	<b>(29,4)</b>
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>6,2%</i>	<i>3,6%</i>	<i>71,8%</i>	<i>14,1%</i>	<i>10,6%</i>	<i>32,8%</i>	<i>(7,0%)</i>
( +/- ) Efeitos não-recorrentes	(4,9)	(4,9)	-	(0,8)	(0,8)	-	(4,2)
<b>( = ) EBITDA</b>	<b>14,2</b>	<b>6,2</b>	<b>128,7%</b>	<b>53,1</b>	<b>39,8</b>	<b>33,4%</b>	<b>(33,6)</b>
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>4,6%</i>	<i>2,0%</i>	<i>128,7%</i>	<i>13,9%</i>	<i>10,4%</i>	<i>33,4%</i>	<i>(8,4%)</i>

## EBIT

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
( = ) EBITDA	14,2	53,1	-73,2%
( - ) Depreciação e Amortização	(42,6)	(53,1)	19,9%
<b>( = ) EBIT</b>	<b>(28,3)</b>	<b>(0,0)</b>	<b>-100,0%</b>
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>(9,2%)</i>	<i>(0,0%)</i>	<i>-9,2 p.p</i>

O EBIT do grupo no 1T26 foi negativo em -R\$28,3 milhões, um resultado inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2025, piorando -9,2 p.p.

A queda do resultado operacional foi impactada principalmente pela redução do EBITDA, que totalizou R\$14,2 milhões no trimestre, refletindo a retração de 73,2% em valores brutos quando comparado com 1T25. O desempenho de vendas foi pressionado, sobretudo, pelo aumento dos níveis de ruptura de estoque ao longo do período, além do cenário macroeconômico desafiador para o setor. Ainda assim, o trimestre apresentou melhora nas despesas de depreciação, em linha com a redução da base de arrendamentos de lojas e centros de distribuição do Grupo, atenuando parcialmente os impactos negativos sobre o resultado operacional.

## Resultado Líquido

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
( = ) EBIT	(28,3)	(0,0)	-100.0%
( - ) Despesas financeiras	(50,2)	(45,6)	(10,2%)
( + ) Receitas financeiras	2,7	1,7	56,1%
(-) Imposto de renda e contribuição social	-	-	100.0%
(+/-) IR/CS Diferidos	0,4	-	100.0%
<b>( = ) Lucro Líquido</b>	<b>(75,5)</b>	<b>(43,9)</b>	<b>(71,9%)</b>
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>(24,4%)</i>	<i>(11,5%)</i>	<i>-12,9 p.p</i>

No primeiro trimestre de 2026, o resultado financeiro registrou uma despesa de R\$50,2 milhões. O aumento das despesas financeiras no período decorreu, principalmente, dos encargos relacionados ao endividamento assumido na aquisição da Tok&Stok, além das despesas com juros provenientes das operações de antecipação de recebíveis, realizadas no contexto de maior restrição de liquidez e necessidade de reforço do capital de giro da Companhia.

## Atualização de Sinergias

Desde a conclusão da transação com a Tok&Stok, a Companhia vem avançando na implementação de iniciativas voltadas à captura de sinergias operacionais e financeiras, com potencial relevante de geração de valor e fortalecimento da geração de caixa ao longo dos próximos anos.

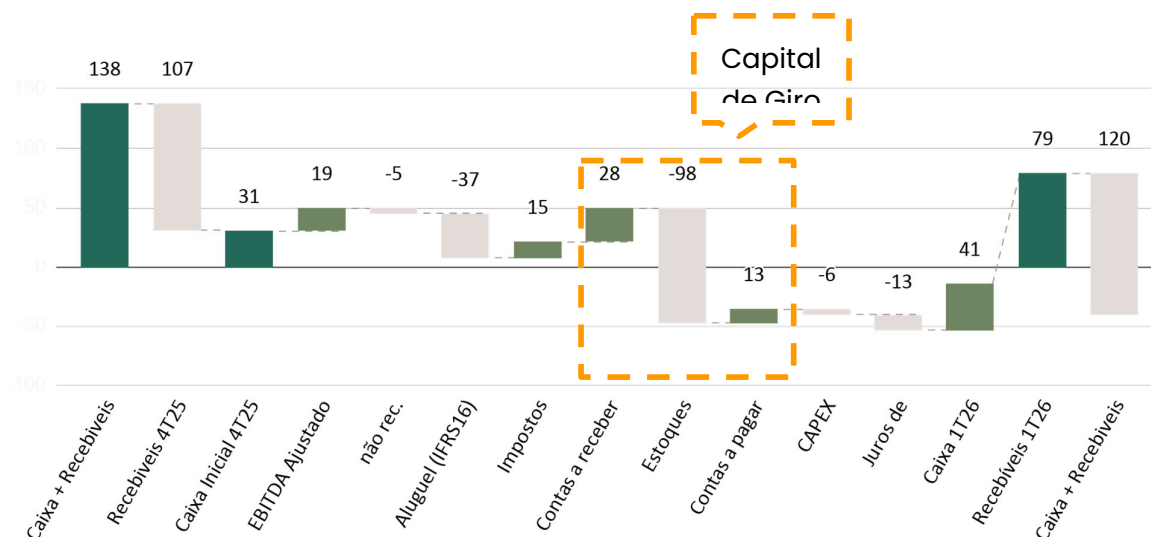
Com base em análises conduzidas por consultores independentes contratados pela Companhia, foi estimado um potencial de incremento anual adicional de fluxo de caixa entre R\$80 milhões e R\$135 milhões ao longo de cinco anos, decorrente principalmente de iniciativas de integração operacional, eficiência administrativa e otimização logística.

Até março de 2026, a Companhia já havia captado parcela relevante dessas sinergias, totalizando aproximadamente R\$97 milhões em ganhos recorrentes. Os resultados obtidos refletem principalmente iniciativas relacionadas à redução de custos com pessoal, otimização da malha logística e racionalização de despesas fixas e administrativas.

Ao longo de 2026, a Companhia seguirá avançando nas iniciativas de captura de sinergias, com foco no aumento da margem bruta por meio da substituição e renegociação com fornecedores, redução de custos de transporte, otimização da estrutura de Centros de Distribuição (CDs), diminuição de custos de importação e continuidade das ações de eficiência operacional e redução de despesas.

## Fluxo de Caixa

### Consumo de Caixa - 1T26



O Grupo encerrou o período com R\$41 milhões de Caixa, iniciou a posição de Caixa mais Recebíveis em R\$138,0 milhões e terminou com a posição de Caixa iniciada em R\$31,0 milhões, e terminou com R\$41,0 milhões.

O Grupo antecipou os recebíveis de cartão de crédito por meio dos adquirentes: Adyen, Cielo, GetNet e Banco Daycoval. Os recebíveis foram parcialmente antecipados de adquirentes em uma média mensal de R\$76,706 no primeiro trimestre de 2026 (média mensal de R\$96,254 no primeiro trimestre de 2025), conforme a necessidade de liquidez de curto prazo.

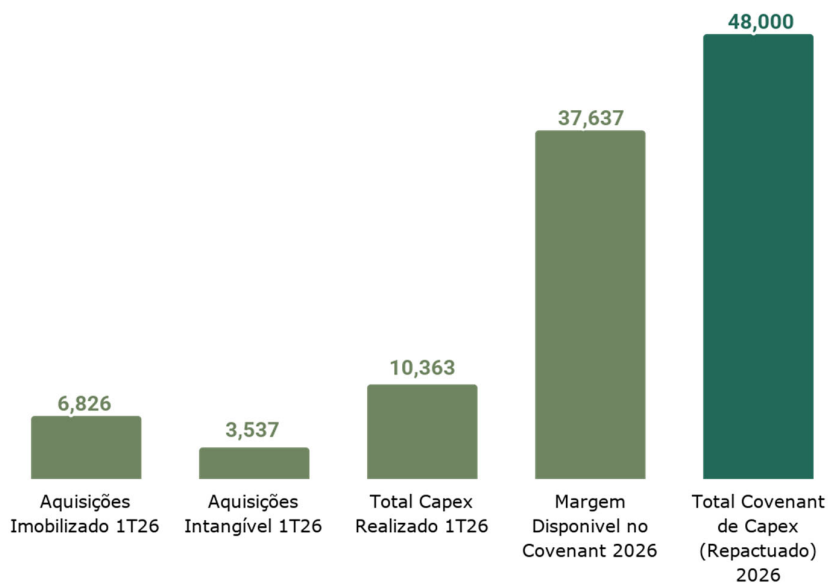
A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Também, houve geração de caixa no capital de giro do Grupo, visto a redução de mais de R\$74M da posição de estoques, que ocorreu através de diversas iniciativas para o escoamento deste estoque.

## Acompanhamento de Covenants

O monitoramento dos covenants financeiros é essencial para assegurar a disciplina na gestão de investimentos e endividamento do grupo, garantindo a conformidade com os limites estabelecidos junto aos credores e contribuindo para a preservação da solidez financeira da companhia.

O acompanhamento do covenant de CAPEX (repactuado) é realizado anualmente, considerando as demonstrações financeiras consolidadas auditadas. No 1T26, os desembolsos com investimentos totalizaram R\$10,3 milhões, mantendo disponibilidade de R\$37,6 milhões dentro do limite anual de R\$48,0 milhões estabelecido para 2026.



NEXO

## Anexo I

em R\$ milhões	1T26	1T25	Var
Receita operacional líquida	309,4	381,4	(18,9%)
Custo dos produtos vendidos	(146,9)	(172,3)	14,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>162,6</b>	<b>209,1</b>	<b>(22,3%)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas comerciais	(143,7)	(164,7)	12,8%
Despesas gerais e administrativas	(43,5)	(54,1)	19,5%
Perda de crédito esperada	0,1	(0,2)	153,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(3,9)	9,7	(139,9%)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(28,4)</b>	<b>(0,0)</b>	<b>(100,0%)</b>
Despesas financeiras	(50,2)	(45,5)	(10,3%)
Receitas financeiras	2,7	1,7	56,1%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(47,6)</b>	<b>(43,8)</b>	<b>(8,5%)</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	100,0%
IR/CS Diferidos	0,4	-	100,0%
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(75,5)</b>	<b>(43,9)</b>	<b>(72,1%)</b>
<b>Prejuízo atribuível a sócios controladores</b>	<b>(56,8)</b>	<b>(32,5)</b>	<b>(75,0%)</b>
<b>Prejuízo atribuível a sócios não controladores</b>	<b>(18,7)</b>	<b>(11,4)</b>	<b>(64,0%)</b>
<b>Básico</b>	<b>(0,0003)</b>	<b>(0,0003)</b>	<b>0,9%</b>
<b>Diluído</b>	<b>(0,0003)</b>	<b>(0,0001)</b>	<b>(105,8%)</b>

## Anexo II

em R\$ milhões	2026	2025	Var
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	40,8	30,7	32,9%
Contas a receber	78,9	106,9	(26,1%)
Estoques	246,3	239,4	2,9%
Créditos diversos	37,6	22,4	68,1%
Depósitos e bloqueios judiciais	0,4	0,4	2,3%
Impostos a recuperar	204,7	185,7	10,2%
Partes relacionadas	-	-	100,0%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>608,7</b>	<b>585,4</b>	<b>4,0%</b>
<b>Não circulante</b>			
Investimentos	-	-	100,0%
Outros ativos financeiros a valor justo	104,4	104,4	-
Investimentos temporários	-	-	100,0%
Impostos a recuperar	140,1	140,1	0,0%
Outras Contas a Receber	4,7	4,7	-
Depósitos e bloqueios judiciais	88,4	85,8	3,0%
Créditos Diversos	2,6	3,0	(15,3%)
Partes relacionadas	-	-	100,0%
Imobilizado	170,4	180,7	(5,7%)
Direito de uso	295,6	249,4	18,5%
Intangível	474,3	480,8	(1,4%)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.280,4</b>	<b>1.248,9</b>	<b>2,5%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.889,1</b>	<b>1.834,0</b>	<b>3,0%</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	206,7	183,4	12,7%
Risco Sacado	29,7	39,9	(25,4%)
Salários e encargos sociais	39,4	50,8	(22,4%)
Impostos a recolher	196,6	174,1	12,9%
Empréstimos e financiamentos	20,2	25,8	(21,7%)

em R\$ milhões	2026	2025	Var
Adiantamentos de clientes	21,9	23,4	(6,4%)
Passivo de arrendamento	121,1	94,2	28,6%
Provisão para contingências	0,5	0,4	27,9%
Provisões	0,9	-	100,0%
Outras contas a pagar	95,4	70,1	36,1%
Contas a Pagar - Intercompany	-	-	100,0%
Partes relacionadas - Passivo	-	-	100,0%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>732,5</b>	<b>662,0</b>	<b>10,6%</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para perdas em investimentos	-	-	100,0%
Fornecedores	81,1	78,0	3,9%
Dívidas com acionistas não controladores	47,9	47,5	0,9%
Provisão para contingências	42,8	31,8	34,8%
Impostos a recolher	-	9,6	(100,0%)
Outras contas a pagar	9,6	-	100,0%
Provisões	239,6	212,6	12,7%
Passivo de arrendamento	88,6	89,0	(0,5%)
Tributos diferidos	-	-	100,0%
Partes relacionadas - Passivo	500,4	481,5	3,9%
Empréstimos e financiamentos	-	-	100,0%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.010,0</b>	<b>950,0</b>	<b>6,3%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	1.239,3	1.239,3	-
Reservas de Capital	59,8	59,8	0,0%
Reserva de plano de opções de compra de ações	12,9	12,9	(0,2%)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	100,0%
Prejuízos acumulados	(925,7)	(868,9)	(6,5%)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	386,3	443,1	(12,8%)
Participação de não controladores	(239,6)	(220,9)	(8,5%)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>146,7</b>	<b>222,3</b>	<b>(34,0%)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.889,1</b>	<b>1.834,4</b>	<b>3,0%</b>

## Anexo III

em R\$ milhões	2026	2025
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(75,5)</b>	<b>(43,9)</b>
Depreciação	12,5	11,0
Amortização	8,6	8,0
Depreciação - direito de uso	20,0	26,8
Amortização de mais Valia	1,7	0,4
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	18,8	22,0
Juros sobre partes relacionadas	-	-
Juros passivos de arrendamento	19,0	13,0
Juros sobre antecipação de recebíveis	13,0	6,8
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Atualização monetária sobre contingencias	-	-
Outras receitas/despesas financeiras	3,1	0,9
Provisões para contingências	0,5	(8,1)
Provisões	-	-
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	-
Resultado da alienação de imobilizado e intangível	0,0	0,1
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	-	(0,2)
Provisão para realização dos estoques	-	(2,8)
Provisão para programa de incentivo a longo prazo	-	(2,7)
Juros de aplicações financeiras	-	-
Impostos diferidos	(0,4)	-

em R\$ milhões		2026	2025
	Baixa líquida de arrendamento	(2,4)	-
	Outros	0,5	-
<b>Varição nos ativos operacionais</b>	Contas a receber e outras contas a receber	27,9	40,9
	Estoques	(6,9)	33,0
	Depósitos e bloqueios judiciais	(2,6)	(4,4)
	Créditos diversos e impostos a recuperar	(33,8)	(20,6)
	Partes relacionadas	-	-
<b>Varição nos passivos operacionais</b>	Fornecedores e outras contas a pagar	39,3	(48,8)
	Salários e encargos sociais e impostos a recolher	22,2	30,7
	Adiantamentos de clientes	(1,5)	(2,6)
	<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>64,2</b>	<b>59,6</b>
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1,5)	-
	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(15,1)	(13,0)
	Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	(13,0)	-
	<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>34,6</b>	<b>46,5</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	Juros de aplicações financeiras	-	-
	Investimento FIDC	-	-
	Efeito do caixa na aquisição de controlada	-	-
	Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	-	-
	Aquisição do ativo imobilizado	(2,7)	(6,5)
	Aquisição do ativo intangível	(3,5)	-
	Aquisição do direito de uso	-	-
	<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(6,2)</b>	<b>(6,5)</b>
<b>Fluxo de caixa das</b>	Captação de empréstimos	23,6	-
	Dívida com acionistas não controladores	-	-

em R\$ milhões		2026	2025
<b>atividades de financiamento</b>	Pagamento de empréstimos e financiamentos	(27,7)	-
	Pagamento de passivo de arrendamento	(14,2)	(28,8)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>(18,3)</b>	<b>(28,8)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>30,7</b>	<b>23,0</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>40,8</b>	<b>34,2</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>10,1</b>	<b>11,2</b>

# Glossário

## **CAPITAL DE GIRO**

Calculado como a soma de dias de contas a receber de clientes (usando GMV como base) e dias de estoque, menos os dias de fornecedores, considerando GMV e CMV nos últimos 12 meses.

## **DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (SG&A)**

Ajustadas SG&A excluindo os efeitos da consolidação das transportadoras subsidiárias.

## **DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA**

Calculada como a soma de endividamento de curto prazo e longo prazo, menos disponibilidades e contas a receber de cartão de crédito líquido de antecipação.

## **EBITDA AJUSTADO (LAJIDA)**

Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização e excluindo outras receitas/despesas operacionais e equivalência patrimonial.

## **GERAÇÃO (CONSUMO) DE CAIXA**

Como forma de capturar todos os efeitos, a geração ou consumo de caixa é medida pela variação da dívida líquida em relação ao trimestre anterior, sempre

desconsiderando eventuais recursos de operações de aumento de capital.

## **GMV (GROSS MERCHANDISE VOLUME)**

Vendas de mercadorias próprias, vendas realizadas no Marketplace e outras receitas, antes dos

cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos.

## **GMV E-COMMERCE (GROSS MERCHANDISE VALUE)**

Montante transacionado em R\$ em nosso site, incluindo os valores de 1P e 3P, antes dos cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos

## **GMV TOTAL BRUTO**

Montante transacionado em R\$ em nosso site e lojas, antes de cancelamentos e impostos. Exclui boletos não pagos.

## **GMV TOTAL LÍQUIDO**

Montante transacionado em R\$ em nosso site e lojas, líquido de cancelamentos e bruto de impostos.

## **LEAD TIME**

Tempo decorrido entre o princípio e o fim de um processo, ou, aquele permitido para que o processo se complete.

## **LUCRO BRUTO AJUSTADO**

Lucro bruto excluindo os efeitos da consolidação das transportadoras subsidiárias.

## **MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO I**

Lucro bruto. Permite ver a contribuição de uma venda após

a dedução do custo dos produtos vendidos.

## **MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO II**

Lucro bruto após a dedução das despesas ligadas à logística (frete e pessoas de armazém) e aos meios de pagamento.

## **MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO III**

Margem de contribuição II após deduzidas as despesas de

marketing, despesas com pessoal de lojas e pessoal de pós-vendas.

## **MARKETPLACE OU 3P**

Produtos de parceiros ("sellers") comercializados nas plataformas on-line.

## **NA**

Não aplicável.

## **PARTICIPAÇÃO MARKETPLACE**

Vendas do Marketplace sobre o GMV consolidado total.

## **REVERSA**

Produtos devolvidos por motivos diversos, como avarias ou apenas por decisão do cliente de devolver.

## **SELLERCENTER**

Serviço disponível para que os sellers utilizem nosso marketplace para realizarem suas vendas.

# Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Ao Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Grupo Toky S.A.**  
São Paulo – SP

## Introdução

Fomos contratados para revisar as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Grupo Toky S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Base para abstenção de conclusão

### Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional e limitações na obtenção de evidência de revisão sobre os efeitos do pedido de recuperação judicial

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 31, em 12 de maio de 2026 foi protocolado, em caráter de urgência, pedido de recuperação judicial envolvendo a Companhia e suas controladas. Adicionalmente, a Companhia também divulgou na referida nota explicativa que a assembleia de debenturistas aprovou a extensão do período de carência de juros até 25 de maio de 2026, com o objetivo de avançar nas negociações de reestruturação do endividamento. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026, a Companhia incorreu em prejuízo individual e consolidado no montante de R\$ 56.954 mil e R\$ 75.747 mil, respectivamente e apresentou passivo circulante em excesso ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 123.742 mil. Esses eventos, considerados em conjunto, evidenciam a existência de incerteza relevante que podem levantar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, considerando que o pedido de recuperação judicial se encontra em estágio inicial, ainda em processo de ser submetido à aprovação dos credores e homologação judicial, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse avaliar os efeitos do pedido de recuperação judicial sobre as informações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Como consequência, não foi possível concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional em 31 de março de 2026 era apropriada, tampouco determinar os potenciais impactos, e itens de divulgação, se houverem, que poderiam afetar de forma relevante e generalizada as informações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia devido aos potenciais efeitos desses eventos na realização dos ativos e liquidação dos passivos (inclusive divulgações relacionadas).

## Abstenção de conclusão

Devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Entretanto, devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimentos de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado.

São Paulo, 29 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos  
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

# Grupo Toky S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	109	40.839	30.718
Contas a receber	5	-	-	78.949	106.887
Estoques	6	-	-	246.293	239.384
Créditos diversos	7	125.823	131.728	37.594	22.365
Depósitos e bloqueios judiciais	18	3	3	401	392
Impostos a recuperar	8	5.135	5.833	204.670	185.696
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>130.963</b>	<b>137.673</b>	<b>608.746</b>	<b>585.442</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Investimentos	10	313.595	323.715	-	-
Outros Ativos Financeiros a valor justo	11	-	-	104.371	104.371
Impostos a recuperar	8	-	-	140.089	140.075
Depósitos e bloqueios judiciais	18	-	-	88.351	85.764
Créditos diversos	7	-	-	2.571	3.036
Outras Contas a Receber		-	-	4.734	4.734
Partes Relacionadas	9	164.009	157.480	-	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>477.604</b>	<b>481.195</b>	<b>340.116</b>	<b>337.980</b>
Imobilizado	12	-	-	170.438	180.654
Direito de uso	21	-	-	295.587	249.427
Intangível	13	-	-	474.256	480.789
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>940.281</b>	<b>910.870</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>477.604</b>	<b>481.195</b>	<b>1.280.397</b>	<b>1.248.850</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>608.567</b>	<b>618.868</b>	<b>1.889.143</b>	<b>1.834.292</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

# Grupo Toky S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	14	18.286	15.022	206.678	183.439
Risco sacado	14.1	-	-	29.742	39.895
Salários e encargos sociais	15	1.281	3.544	39.442	50.829
Impostos a recolher	22	602	45	196.641	174.106
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	39.055	25.840
Adiantamentos de clientes	17	-	-	21.893	23.398
Passivo de arrendamento	21	-	-	121.090	94.152
Provisão para contingências a pagar	19	-	-	490	383
Outras contas a pagar	20	100	42	96.292	70.091
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>20.269</b>	<b>18.653</b>	<b>751.323</b>	<b>662.133</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	997	944	481.522	481.518
Provisão para perdas em investimentos	10	200.877	156.036	-	-
Provisão para contingências	19	-	-	47.893	47.477
Impostos a recolher	22	140	150	42.832	31.771
Dívidas com acionistas não controladores	23	-	-	81.091	78.041
Passivo de arrendamento	21	-	-	239.603	212.568
Outras contas a pagar	20	-	-	9.614	9.616
Tributos diferidos	-	-	-	88.610	89.017
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>202.014</b>	<b>157.130</b>	<b>991.165</b>	<b>950.008</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	24	1.239.302	1.239.302	1.239.302	1.239.302
Reserva de capital		59.786	59.786	59.786	59.786
Reserva de plano de opções de compra de ações		12.894	12.894	12.894	12.894
Prejuízos acumulados		(925.698)	(868.897)	(925.698)	(868.897)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>386.284</b>	<b>443.085</b>	<b>386.284</b>	<b>443.085</b>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(239.629)	(220.934)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>386.284</b>	<b>443.085</b>	<b>146.655</b>	<b>222.151</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>608.567</b>	<b>618.868</b>	<b>1.889.143</b>	<b>1.834.292</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

# Grupo Toky S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas  
para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	25 (a)	-	-	309.448	381.412
Custo dos produtos vendidos	25 (b)	-	-	(146.871)	(172.303)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>162.577</b>	<b>209.109</b>
Despesas comerciais	26 (a)	(203)	-	(143.652)	(164.656)
Despesas gerais e administrativas	26 (b)	(3.652)	(3.360)	(43.491)	(54.059)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(54.154)	(24.269)	-	-
Perda de crédito esperada	5	-	-	98	(182)
Outras receitas operacionais	27 (b)	-	-	2.023	10.417
Outras despesas operacionais	27 (a)	(5.124)	(288)	(5.913)	(669)
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>		<b>(63.133)</b>	<b>(27.917)</b>	<b>(190.935)</b>	<b>(209.149)</b>
<b>Lucro/Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(63.133)</b>	<b>(27.917)</b>	<b>(28.358)</b>	<b>(40)</b>
Despesas financeiras	28	(450)	(4.543)	(50.204)	(45.518)
Receitas financeiras	28	6.530	-	2.654	1.700
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>6.080</b>	<b>(4.543)</b>	<b>(47.550)</b>	<b>(43.818)</b>
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<b>(57.053)</b>	<b>(32.460)</b>	<b>(75.908)</b>	<b>(43.858)</b>
IR/CS Diferidos		252	-	412	-
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(56.801)</b>	<b>(32.460)</b>	<b>(75.496)</b>	<b>(43.858)</b>
Prejuízo atribuível a sócios controladores		(56.801)	(32.460)	(56.801)	(32.460)
Prejuízo atribuível a sócios não controladores		-	-	(18.695)	(11.398)
<b>Prejuízo por ação - em R\$</b>					
Básico		(0,2620)	(0,2644)	(0,2620)	(0,2644)
Diluído		(0,2620)	(0,2644)	(0,2620)	(0,2644)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

# Grupo Toky S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas  
para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(56.801)</b>	<b>(32.460)</b>	<b>(75.496)</b>	<b>(43.858)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes do período</b>	<b>(56.801)</b>	<b>(32.460)</b>	<b>(75.496)</b>	<b>(43.858)</b>
Resultado abrangente atribuível a sócios controladores	(56.801)	(32.460)	(56.801)	(32.460)
Resultado abrangente atribuível a sócios não controladores	-	-	(18.695)	(11.398)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

# Grupo Toky S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de plano de opções de compra de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>1.085.945</b>	<b>34.517</b>	<b>14.421</b>	<b>(774.872)</b>	<b>360.011</b>	<b>(166.342)</b>	<b>193.669</b>
Transações de pagamento baseado em ações	-	-	(2.733)	-	(2.733)	-	(2.733)
Prejuízo do período	-	-	-	(32.460)	(32.460)	(11.398)	(43.858)
<b>Saldos em 31 de março de 2025</b>	<b>1.085.945</b>	<b>34.517</b>	<b>11.688</b>	<b>(807.332)</b>	<b>324.818</b>	<b>(177.740)</b>	<b>147.078</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2026</b>	<b>1.239.302</b>	<b>59.786</b>	<b>12.894</b>	<b>(868.897)</b>	<b>443.085</b>	<b>(220.934)</b>	<b>222.151</b>
Prejuízo do período	-	-	-	(56.801)	(56.801)	(18.695)	(75.496)
<b>Saldos em 31 de março de 2026</b>	<b>1.239.302</b>	<b>59.786</b>	<b>12.894</b>	<b>(925.698)</b>	<b>386.284</b>	<b>(239.629)</b>	<b>146.655</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

# Grupo Toky S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas  
para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(56.801)</b>	<b>(32.460)</b>	<b>(75.496)</b>	<b>(43.858)</b>
<b>Ajustes para:</b>					
Depreciação	11	-	-	12.543	10.971
Amortização	12	-	-	8.637	8.024
Depreciação - direito de uso	21	-	-	19.994	26.765
Amortização de mais valia		807	-	1.731	444
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	28	53	4.542	18.835	22.044
Juros passivos de arrendamento	28	-	-	18.990	13.046
Juros sobre antecipação de recebíveis	28	-	-	13.003	6.814
Outras (receitas)/despesas financeiras	28	-	931	3.050	932
Provisões para contingências	19	-	-	523	(8.070)
Provisões	19	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	10	54.154	24.762	-	-
Resultado da alienação de imobilizado, intangível e ativo de direito de uso		-	-	35	50
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	-	-	-	(155)
Provisão para realização dos estoques	6	-	-	-	(2.834)
Provisão para programa de incentivo a longo prazo	9,1	-	-	-	(2.732)
Impostos Diferidos		-	-	(407)	-
Baixa Líquida de Arrendamento		-	-	(2.419)	-
Outros		-	-	485	-
<b>Variação nos ativos operacionais</b>					
Contas a receber	5	-	-	27.938	40.874
Estoques	6	-	-	(6.909)	32.961
Depósitos e bloqueios judiciais	18	-	-	(2.596)	(4.357)
Créditos diversos, outras contas a receber e impostos a recuperar		6.603	4.682	(33.752)	(20.574)
Partes relacionados	9	(6.529)	-	-	-
<b>Variação nos passivos operacionais</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar		3.322	(2.234)	39.285	(48.834)
Salários e encargos sociais e impostos a recolher		(1.716)	(228)	22.209	30.717
Adiantamentos de clientes	17	-	-	(1.505)	(2.644)
Contas a pagar para partes relacionadas		-	-	-	-
<b>Caixa gerado proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>					
		<b>(107)</b>	<b>(5)</b>	<b>64.174</b>	<b>59.584</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos					
		-	-	(1.500)	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento					
	21	-	-	(15.088)	(13.046)
Pagamento de juros de antecipação de recebíveis					
	28	-	-	(13.003)	-
Outros juros pagos					
	28	-	-	-	-
Pagamento de contingências					
	19	-	-	-	-
<b>Caixa gerado proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>					
		<b>(107)</b>	<b>(5)</b>	<b>34.583</b>	<b>46.538</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Juros de aplicações financeiras	28	-	-	-	-
Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	12	-	-	-	-
Aquisição do ativo imobilizado	12	-	-	(2.658)	(6.517)
Aquisição do ativo intangível	13	-	-	(3.537)	-
<b>Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>					
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.195)</b>	<b>(6.517)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de empréstimos		-	-	23.620	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	(27.736)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	21	-	-	(14.151)	(28.813)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>					
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18.267)</b>	<b>(28.813)</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>					
		<b>(107)</b>	<b>(5)</b>	<b>10.121</b>	<b>11.208</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período					
	4	109	63	30.718	23.036
Caixa e equivalentes de caixa no final do período					
	4	2	58	40.839	34.244
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>					
		<b>(107)</b>	<b>(5)</b>	<b>10.121</b>	<b>11.208</b>
<b>Transações que não afetaram caixa</b>					
Baixa plano de recuperação extrajudicial	15	-	-	-	(355.495)
Baixa dívida com acionistas não controladores	15	-	-	-	(251.830)
Emissão de debêntures públicas	15	-	-	-	475.160
Emissão de debêntures privadas	15	-	-	-	132.165

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

# Grupo Toky S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas  
para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<b>Receitas</b>				<b>373.026</b>	<b>466.321</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		-	-	372.045	465.644
Outras receitas		-	-	883	893
Perdas de crédito esperadas		-	-	98	(216)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(6.493)</b>	<b>(879)</b>	<b>(226.020)</b>	<b>(261.199)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(146.871)	(172.303)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.493)	(879)	(62.502)	(88.896)
Fretes		-	-	(16.647)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(6.493)</b>	<b>(879)</b>	<b>147.006</b>	<b>205.122</b>
Depreciação e amortização		(1.059)	(272)	(42.565)	(39.219)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<b>(7.552)</b>	<b>(1.151)</b>	<b>104.441</b>	<b>165.903</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>(47.624)</b>	<b>(24.270)</b>	<b>1.859</b>	<b>1.731</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(54.154)	(24.269)	-	-
Receitas financeiras		6530	(1)	1.859	1.731
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(55.176)</b>	<b>(25.421)</b>	<b>106.300</b>	<b>167.634</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>(55.176)</b>	<b>(25.421)</b>	<b>106.300</b>	<b>167.634</b>
<b>Pessoal</b>		<b>1.155</b>	<b>2.233</b>	<b>45.978</b>	<b>54.984</b>
Remuneração direta		1215	1.332	35.810	40.437
Benefícios		(60)	901	7.034	11.331
F.G.T.S.		-	-	3.134	3.216
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>377</b>	<b>227</b>	<b>70.930</b>	<b>94.648</b>
Federais		377	227	17.684	31.727
Estaduais		-	-	52.893	62.250
Municipais		-	-	353	671
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>93</b>	<b>4.579</b>	<b>64.888</b>	<b>61.860</b>
Juros		56	4.542	48.459	43.397
Aluguéis		37	37	15.994	16.660
Ajuste a valor presente		-	-	-	-
Outras		-	-	435	1.803
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(56.801)</b>	<b>(32.460)</b>	<b>(75.496)</b>	<b>(43.858)</b>
Prejuízos no período		(56.801)	(32.460)	(56.801)	(32.460)
Participação de não controladores		-	-	(18.695)	(11.398)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

## 1. Contexto operacional

O Grupo Toky S.A. (“Toky” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório do Grupo localiza-se na Av. Mario de Andrade, no 1352 Barra Funda – São Paulo/SP e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, bem como a atuação no varejo de móveis e artigos de decoração por meio de plataformas digitais e lojas físicas, diretamente ou por intermédio de suas controladas.

As informações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2026 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

Criada em 2011, a Mobly é uma empresa de tecnologia que atua no comércio eletrônico, sendo referência em varejo do setor de móveis e decoração. Como parte de sua estratégia em busca de rentabilidade, o Grupo adquiriu o controle da Tok&Stok. A aquisição da Tok&Stok, formalizada em novembro de 2024, integra a estratégia do Grupo de ampliação de escala operacional, diversificação de canais e fortalecimento da presença física, com foco na captura de sinergias operacionais, comerciais e logísticas.

Através de suas marcas, Mobly e Tok&Stok, o Grupo estabelece forte presença no mercado por meio da diversificação e complementaridade do portfólio de produtos e serviços, combinando a reputação de ambas as marcas e atingindo públicos diversos em todos os segmentos de mercado, através de uma experiência multicanal.

Em 31 de março de 2026 o Grupo atua com 64 lojas próprias e 5 centros de distribuição, (64 lojas próprias e 5 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2025) dos quais 4 que estão localizadas na região sudeste e 1 na região sul.

## 2. Base de preparação das informações financeiras trimestrais

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 29 de maio de 2026. Em reunião realizada em 29 de maio de 2026, o Conselho de Administração analisou e recomendou a divulgação destas informações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 2.2. Continuidade operacional

- No período de três meses encerrado em 31 de março de 2026 o Grupo reconheceu prejuízo líquido de R\$ 75.496 (consolidado) (prejuízo de R\$ 43.858 no primeiro trimestre de 2025), fortemente influenciado pelo custo da dívida do Plano de Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok, e apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 123.742 (consolidado) (negativo em R\$ 76.691 em 31 de dezembro de 2025). No mesmo período houve geração de caixa líquida em atividades operacionais de R\$ 66.579 em 2026 (R\$ 46.538 de geração de caixa líquido nas atividades operacionais em 2025), refletindo os impactos das iniciativas de redução de custos e sinergias da combinação de negócios, detalhadas adiante. Adicionalmente, o Grupo realizou iniciativas voltadas à reestruturação de seu endividamento e à adequação de sua estrutura de capital, incluindo recompras de debêntures da Tok&Stok e da Toky, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 16. Tais medidas contribuíram para a gestão das obrigações financeiras e liquidez do Grupo no período, embora a Administração continue avaliando alternativas adicionais para fortalecimento de sua estrutura financeira e operacional.

- A Administração entende que as medidas implementadas e em andamento representam iniciativas relevantes para preservação da liquidez, reestruturação operacional e financeira e continuidade das operações do Grupo. Entretanto, considerando o atual contexto econômico-financeiro e os eventos subsequentes descritos na Nota Explicativa nº 31, permanecem incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Ainda assim, as informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando as perspectivas de implementação das medidas de reestruturação e geração futura de caixa. Dentre essas ações, destacam-se:
- A reestruturação do endividamento financeiro da Tok&Stok, que resultou em alongamento de prazos e conversão de parte do endividamento em capital;
- A implementação de iniciativas operacionais com foco em geração de caixa e preservação da liquidez;
- Reforço do capital de giro;
- Aceleração do plano de sinergias.
- A Administração entende que a concretização de seu plano de negócios permanece sujeita a incertezas inerentes ao atual contexto econômico-financeiro do Grupo. Nesse sentido, seguem sendo implementadas iniciativas operacionais, financeiras e estratégicas, incluindo captura de sinergias operacionais e reestruturação de obrigações financeiras, as quais são consideradas relevantes para a manutenção das operações no horizonte avaliado pela Administração.

### **Sinergia operacional**

A aquisição da Tok&Stok, formalizada em novembro de 2024, representa um pilar fundamental do plano de transformação da Companhia. A operação viabiliza a captura de sinergias operacionais relevantes, com impacto estimado positivo sobre margens, estrutura de capital e fluxo de caixa nos exercícios seguintes.

As principais melhorias esperadas envolvem:

- Redução de despesas gerais e administrativas, por meio da integração de estruturas e racionalização de processos;
- Aproveitamento de escala nas compras, com consequente melhoria de margem bruta;
- Otimização da estrutura logística e de distribuição, mediante consolidação de centros de distribuição e rotas;
- Integração comercial entre canais das marcas Mobly e Tok&Stok (cross-selling e expansão do marketplace);
- Simplificação e eficiência tributária, via aproveitamento de estruturas regionais e redesenho operacional.

Essas sinergias foram dimensionadas com base em estudo técnico elaborado por consultoria independente e fazem parte das projeções futuras da administração.

### **Preservação da liquidez e do caixa da Companhia**

A Companhia tem adotado medidas contínuas para preservar sua posição de liquidez, incluindo:

- Renegociação de prazos com fornecedores, buscando extensão de ciclos de pagamento;
- Antecipação seletiva de recebíveis, com controle sobre custos financeiros;
- Revisão de investimentos e despesas operacionais;
- Gestão diária do fluxo de caixa, com foco em equilíbrio operacional no curto prazo.

O objetivo da administração é manter um nível de caixa operacional suficiente para garantir a continuidade das atividades, com base no cenário projetado e considerando os eventos subsequentes à data-base.

Até a data-base de 31 de março de 2026, já haviam sido capturadas sinergias relevantes.

### **Revisão do sortimento de estoques**

Durante o primeiro trimestre de 2026, a Companhia deu continuidade ao processo de revisão estratégica do sortimento de produtos e otimização dos níveis de estoque, com foco na preservação de caixa, eficiência operacional e melhoria da rentabilidade.

No período, a Companhia enfrentou restrições pontuais no abastecimento de determinadas categorias de produtos, o que impactou parcialmente o volume de vendas e a receita operacional. Ainda assim, por meio de uma gestão mais seletiva do portfólio e priorização de itens de maior giro e relevância comercial, foi possível manter níveis adequados de disponibilidade dos principais produtos estratégicos, contribuindo para a sustentação das margens operacionais em patamares considerados saudáveis.

Adicionalmente, seguiram em andamento iniciativas voltadas à racionalização das compras e reposições, ocupação eficiente dos estoques e fortalecimento da experiência do consumidor nas lojas físicas e canais digitais.

### **Reestruturação do endividamento e Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok**

No contexto da reestruturação financeira, a subsidiária Tok&Stok assinou com os principais credores, em agosto de 2024, Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), homologado judicialmente em novembro de 2024, contemplando:

- Renegociação de dívida no valor aproximado de R\$ 641.624 (entre dívidas bancárias e não-bancárias), com extensão de prazos e carência para pagamento de juros e principal;
- Possibilidade de capitalização parcial de créditos, conforme termos e condições estabelecidos no plano.

A emissão de debêntures não conversíveis, como parte do PRE da Tok&Stok, está detalhada na Nota Explicativa nº 16.

As premissas utilizadas estão ancoradas em:

- Histórico operacional da Companhia e da Tok&Stok;
- Estudo técnico de sinergias da combinação com a Tok&Stok;
- Condições vigentes dos contratos de dívida e estrutura de capital;
- Ações em andamento para racionalização de estrutura e recomposição de margem.

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, considerando as medidas de reestruturação financeira já implementadas pelo Grupo, bem como os desdobramentos relacionados ao pedido de recuperação judicial protocolado posteriormente ao encerramento do período e divulgado em Eventos Subsequentes. A Administração entende que as iniciativas previstas no plano de reestruturação, aliadas às ações operacionais e financeiras em andamento, incluindo recomposição de margens, racionalização da estrutura operacional e gestão do capital de giro, são adequadas para suportar a continuidade das operações e a realização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal dos negócios.

### **2.3. Base de mensuração**

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto por determinados ativos e passivos que são mensurados por outros critérios, como valor justo, custo amortizado ou valor presente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com sua classificação, podendo ser avaliados pelo custo amortizado ou ao valor justo, conforme detalhado nas respectivas notas explicativas. Adicionalmente, ativos e passivos identificáveis adquiridos em combinações de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15.

## **2.4. Moeda de apresentação**

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças decorrentes da liquidação dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos monetários, são reconhecidas no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras.

## **2.6. Base de apresentação**

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as informações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, publicadas em 31 de março de 2026. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos, gestão de riscos e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas informações financeiras anuais.

## **2.7. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas informações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reconhecidos dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Não houve mudança de qualquer natureza nas estimativas e julgamentos da Administração em relação aos utilizados e divulgados nas informações financeiras anuais individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

## **3. Novas práticas contábeis**

### **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em, ou a partir de 1º de janeiro de 2026**

A Administração adotou, a partir de 1º de janeiro de 2026, os pronunciamentos novos ou revisados emitidos pelo IASB e pelos órgãos reguladores locais aplicáveis à Companhia. A adoção dessas normas não resultou em impactos significativos nas informações financeiras individuais e consolidadas do Grupo no período findo em 31 de março de 2026.

Dentre os pronunciamentos adotados no período, destaca-se:

- **Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48:** Instrumentos Financeiros – Evidenciação e Instrumentos Financeiros – introduzem esclarecimentos relacionados à classificação e ao desreconhecimento de instrumentos financeiros, bem como requerimentos adicionais de divulgação relacionados a operações financeiras e determinados riscos associados. Essas alterações não tiveram impacto material nas informações financeiras do Grupo.
- **Alterações na IFRS S1 e IFRS S2 / Normas de Sustentabilidade:** O Grupo acompanha a evolução das normas relacionadas às divulgações de sustentabilidade e clima emitidas pelo IASB, incluindo IFRS S1 e IFRS S2, e está avaliando os potenciais impactos e requerimentos aplicáveis às divulgações futuras. Não foram identificados impactos materiais nas informações financeiras do período.

**Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes**

Os pronunciamentos e interpretações novos ou revisados abaixo foram emitidos, mas ainda não estavam vigentes em 31 de março de 2026. A Administração avaliou os possíveis impactos dessas normas e, com base no entendimento atual, não espera efeitos significativos na mensuração e reconhecimento dos saldos, podendo haver impactos relacionados à apresentação e à divulgação das informações financeiras quando de sua adoção:

- **Implementação da IFRS 18 / CPC 51:** Apresentação e Divulgação em Informações financeiras – Substitui o IAS 1 (NBC TG 26) e estabelece novos requerimentos relacionados à apresentação da demonstração do resultado, incluindo subtotais padronizados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Administração encontra-se avaliando os impactos desta norma, os quais deverão se concentrar, principalmente, em aspectos de apresentação e divulgação.

**Reforma tributária no Brasil:** Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de no 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de no 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: **(i)** Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e **(ii)** Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para a esfera federal e a ampliação da incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar no 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira. O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, teve início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Bancos	2	105	15.738	5.586
Aplicações financeiras	-	4	25.101	25.132
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>109</b>	<b>40.839</b>	<b>30.718</b>

O Grupo possui aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e em operações compromissadas em bancos de primeira linha, à taxa média ponderada equivalente a 95,32% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) (93,7% em 31 de dezembro de 2025), podendo ser resgatados a qualquer momento com o próprio órgão emissor do instrumento financeiro sem perda da remuneração contratada.

A exposição do Grupo aos riscos de mudança nas taxas de juros e a análise de sensibilidade referente aos ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 30.

## 5. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Títulos a receber - marketplace	67.059	67.020
Títulos a receber - adquirentes <b>(i)</b>	2.423	28.337
Títulos a receber - boletos	2.092	1.245
Títulos a receber - outros	2.554	7.498
Títulos a receber - Cartão Mobly	4.821	3.802
<b>Total contas a receber</b>	<b>79.866</b>	<b>107.902</b>
Perda de crédito esperada	(917)	(1.015)
<b>Total</b>	<b>78.949</b>	<b>106.887</b>

**(i)** O Grupo antecipou os recebíveis de cartão de crédito por meio dos adquirentes: Adyen, Cielo, GetNet e Banco Daycoval. Os recebíveis foram parcialmente antecipados de adquirentes em uma média mensal de R\$ 76.706 no primeiro trimestre de 2026 (média mensal de R\$ 96.254 no primeiro trimestre de 2025), conforme a necessidade de liquidez de curto prazo. A taxa média ponderada de antecipação foi de 103,50% do CDI em 2026 (116,15% do CDI em 2025), e o impacto no resultado do primeiro trimestre de 2026 foi de R\$ 10.417, (R\$ 11.338 em 31 de março de 2025), e está explicitado na linha “juros sobre antecipação de recebíveis” na Nota Explicativa nº 28.

Os valores representam os recebíveis com a administradora de cartões de crédito e vendas por meio de parceiros (marketplace). Os valores são apresentados líquidos de taxas da administração e dos recursos antecipados pelos cartões.

A análise do vencimento dos títulos a receber de clientes é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
<b>Títulos a vencer</b>	<b>77.131</b>	<b>106.088</b>
<b>Vencidos</b>	-	-
até 30 dias	492	1.280
acima de 30 e menor que 60 dias	213	496
acima de 60 dias	2.030	38
Perda de crédito esperada	(917)	(1.015)
<b>Total</b>	<b>78.949</b>	<b>106.887</b>

A administração julga suficiente a provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no período de três meses findo em 31 de março de 2026 para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber de clientes do Grupo.

### Provisões para perda de crédito esperada

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(1.015)</b>	<b>(3.309)</b>
Adições, líquida de reversões	98	(53)
Baixas <b>(i)</b>	-	2.347
<b>Total</b>	<b>(917)</b>	<b>(1.015)</b>

**(i)** As baixas dizem respeito a títulos vencidos há mais de 360 dias, os quais o Grupo entende não haver possibilidade de recebimento seja devido à saúde financeira do cliente ou por outros fatores como tentativas exauridas de cobrança. As provisões foram baixadas de acordo com as baixas dos respectivos títulos vencidos.

## 6. Estoques

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Mercadoria para revenda	193.462	182.952
Matérias-primas	14.961	19.329
Estoques faturados e não entregues	9.952	11.960
Estoques em trânsito	12.546	15.384
Mercadorias em poder de terceiros	11.680	6.186
Material de uso e consumo	1.994	2.478
Outros	1.698	1.095
<b>Total</b>	<b>246.293</b>	<b>239.384</b>

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido, já deduzidos na composição acima, no montante de R\$ 23.604 em 31 de março de 2026 (R\$18.973 em 31 de dezembro de 2025). Essa redução foi reconhecida como custo dos produtos vendidos.

As provisões para realização de estoques se encontram a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(18.973)</b>	<b>(42.462)</b>
Adições	(4.920)	(4.745)
Baixas (i)	289	28.234
<b>Total</b>	<b>(23.604)</b>	<b>(18.973)</b>

(i) Após análise e revisão dos estoques obsoletos foi identificado que parte dos itens do estoque estava impróprio para venda e/ou revenda a terceiros, o que resultou na baixa do montante como redução da provisão anteriormente constituída.

## 7. Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 9)	123.501	130.190	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.095	1.421	9.334	5.576
Adiantamentos de importação	-	-	2.191	1.624
Depósito caução	-	-	802	1.077
Ressarcimento transportes	-	-	4.843	4.331
Bens recebidos de terceiros em comodato	-	-	3.702	3.702
Adiantamentos folha e benefícios	117	117	2.551	2.479
Seguros pagos antecipadamente	110	-	3.352	4.807
Outros créditos (i)	-	-	13.390	1.804
<b>Total</b>	<b>125.823</b>	<b>131.728</b>	<b>40.165</b>	<b>25.400</b>
Circulante	125.823	131.728	37.594	22.365
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.571</b>	<b>3.035</b>

(i) O aumento na rubrica de outros créditos decorre do reconhecimento de despesas de aluguéis registradas no sistema financeiro, porém contabilmente classificadas como despesas antecipadas, uma vez que se referem a competências futuras e serão apropriadas ao resultado ao longo do exercício. Ressalta-se que os respectivos valores ainda não foram liquidados financeiramente, de modo que a saída de caixa ocorrerá conforme os vencimentos previstos contratualmente.

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
ICMS a recuperar	-	-	147.736	144.200
PIS a recuperar	-	-	27.155	25.926
Cofins a recuperar	-	-	110.318	104.715
IPI a recuperar	-	-	1.367	1.401
IRRF sobre aplicações	4.071	4.768	6.690	8.576
Outros créditos (ii)	1.064	1.065	14.333	3.793
INSS a Recuperar	-	-	37.160	37.160
<b>Total</b>	<b>5.135</b>	<b>5.833</b>	<b>344.759</b>	<b>325.771</b>
Circulante	5.135	5.833	204.670	185.696
<b>Não circulante (i)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>140.089</b>	<b>140.075</b>

(i) Os saldos relevantes do não circulante são compostos por ICMS no valor de R\$83.720 e INSS no valor de R\$37.160.

(ii) O aumento em outros créditos se dá principalmente pelo reconhecimento do IPTU do exercício no montante de R\$9.339, que serão apropriados mensalmente.

A expectativa de realização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins é conforme segue:

Ano	ICMS	PIS e Cofins
2026	59.533	116.020
2027	57.923	21.453
2028 em diante	30.280	-
<b>Total</b>	<b>147.736</b>	<b>137.473</b>

**9. Partes relacionadas**

Os saldos ativos e passivos do período e exercício findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, relativos às operações com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

Companhia	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
	Ativo (i)	Ativo (i)
<b>Conta corrente (i)</b>		
Mobly Comércio Varejista Ltda.	96.031	102.697
Mobly Hub Transportadora Ltda.	26.092	26.117
Mobly Tech Ltda.	1.378	1.376
<b>Total</b>	<b>123.501</b>	<b>130.190</b>
<b>Mútuo</b>		
Estok Comércio e Representações S.A. (ii)	164.009	157.480
<b>Total</b>	<b>287.510</b>	<b>287.670</b>

(i) Os montantes em 31 de março de 2026 referem-se a saldos transferidos para a Mobly Comércio Varejista Ltda., Mobly Hub Transportadora Ltda e Mobly Tech Ltda, por meio de contrato de conta corrente entre as partes, com vencimento previsto para 03 de outubro de 2026. Não há incidência de juros (Nota Explicativa nº 7);

(ii) Conforme Nota Explicativa nº 16, na sessão de debêntures privadas.

## 9.1. Remuneração dos administradores

Até 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 foram registrados, a título de remuneração a diretores e administradores, os montantes relacionados a seguir:

### Remuneração por grupo de conta:

Remuneração	Controladora			
	31/03/2026		31/03/2025	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração	306	1.889	375	1.725
Encargos sociais	56	176	51	176
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>2.065</b>	<b>426</b>	<b>1.901</b>

Remuneração	Consolidado			
	31/03/2026		31/03/2025	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração	352	4.245	375	3.967
Encargos sociais	56	253	51	290
<b>Total</b>	<b>408</b>	<b>4.498</b>	<b>426</b>	<b>4.257</b>

### Programa de opção de compra de ações

#### (i) Programa de opção de compra de ações (liquídável em ações)

##### a) Descrição dos acordos de programa de opção de compra de ações

Em 03 de dezembro de 2020 e em 30 de abril de 2025 o Grupo estabeleceu programas de opção de compra de ações, que dão direito ao pessoal-chave da administração e à alta administração a compra de ações na Companhia.

Em 1ª de Abril de 2021, em 14 de junho de 2022, em 12 de maio de 2023 e em 14 de agosto de 2024 e em 27 de maio de 2025 foram realizadas outorgas destas opções ao pessoal-chave da administração e à alta administração. De acordo com o programa, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações após seu *vesting* e o período de espera de 3 anos.

Data da outorga/ beneficiários	Número de ações (em unidades)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
<b>Outorga de opções para pessoal - chave da Administração</b>			
Em 1ª de abril de 2021	220.039	<i>Vesting</i> de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de junho de 2022	519.000	<i>Vesting</i> de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 12 de maio de 2023	461.000	<i>Vesting</i> de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de agosto de 2024	385.000	<i>Vesting</i> de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 27 de maio de 2025	940.000	<i>Vesting</i> de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data da outorga/ beneficiários	Número de ações (em unidades)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
<b>Outorga de opções para alta Administração</b>			
Em 1ª de abril de 2021	798.675	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de junho de 2022	479.205	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 12 de maio de 2023	638.999	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 14 de agosto de 2024	750.379	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
Em 27 de maio de 2025	4.603.629	Vesting de 1/12 por trimestre durante 3 anos a partir da outorga desde que o funcionário permaneça vinculado a companhia	6 anos após a outorga
<b>Total de opções de ações</b>	<b>9.795.926</b>		

**b) Mensuração de valor justo**

O modelo de Black-Scholes foi utilizado para a valoração do valor justo da opção e seu registro no resultado. Foram consideradas as premissas de volatilidade, taxa de juros livre de risco, prêmio estimado entre outros. Foi utilizada a volatilidade com base no índice do Ibovespa e de ações de empresas com modelos de negócios similares, e com maiores históricos de negociação. As premissas, assim como as despesas reconhecidas no resultado estão apresentadas conforme quadro a seguir. Não houve outorgas realizadas em 2026.

	Programa de opção de compra de ações			
	Pessoal-chave da Administração	Alta administração	Pessoal-chave da Administração	Alta administração
	2026	2026	2025	2025
Valor justo na data de outorga	-	-	1,03	1,03
Preço de exercício	-	-	1,47	1,47
Volatilidade esperada (média ponderada)	-	-	52,54%	52,54%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	-	-	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses	Entre 4 anos e 4 anos e 6 meses
<b>Dividendos esperados</b>	-	-	-	-

**c) Conciliação das opções de ações em circulação**

As opções de ações em circulação estão resumidas a seguir:

Opções de ações em circulação (em unidades):	Número de opções de ações em circulação	Média ponderada do preço de exercício
<b>Existentes em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>4.673.327</b>	<b>6,84</b>
Perdidas durante o período	(471.030)	4,33
Outorgadas durante o período	5.593.629	1,47
<b>Existentes em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>9.795.926</b>	<b>3,64</b>
<b>Existentes em 1º de janeiro de 2026</b>	<b>9.795.926</b>	<b>3,64</b>
Perdidas durante o período	(225.000)	1,98
Outorgadas durante o período	-	-

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Opções de ações em circulação (em unidades):	Número de opções de ações em circulação	Média ponderada do preço de exercício
<b>Existentes em 31 de março de 2026</b>	<b>9.570.926</b>	<b>3,67</b>

Não houve opções exercidas durante o período de três meses findos em 31 de março de 2026 e exercício de 2025.

As opções de compra de ações podem ser exercidas em caso de desligamento do profissional da Companhia e após cumprido o período de *vesting*.

**d) Despesas reconhecidas no resultado**

As despesas provenientes de transações do programa baseado em ações foram reconhecidas no resultado como despesas gerais e administrativas (Nota Explicativa nº 26.b) conforme montantes demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesa proveniente de transações de pagamento com base em ações	-	291	261	291

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Investimentos e provisão para perdas em investimentos - controladora****Movimentação dos investimentos em controladas**

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas informações financeiras individuais, é como segue:

**Em 31 de março de 2026**

Movimentação	Saldo inicial	Transações de pagamento baseado em ações	Adição de investimento	Equivalência patrimonial	Amortização/ Realização das mais valias (Líquidas de IR/CS		Saldo Final
					Diferidos	Outros	
Mobly Comércio Varejista Ltda.	337.111	-	-	(12.564)	-	-	324.547
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(74.342)	-	-	(7.468)	-	-	(81.810)
Mobly Tech Ltda.	(20.024)	-	-	(3.136)	-	-	(23.160)
Mobly Atacadista	(3.036)	-	-	(2.410)	-	-	(5.446)
Estok Comercio e Representações S.A	(72.030)	-	-	(28.576)	(808)	-	(101.414)
<b>Total</b>	<b>167.679</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(54.154)</b>	<b>(808)</b>	<b>-</b>	<b>112.717</b>

**Em 31 de dezembro de 2025**

Movimentação	Saldo inicial	Transações de pagamento baseado em ações	Adição de investimento	Equivalência patrimonial (i)	Amortização/ Realização das mais valias (Líquidas de IR/CS		Saldo Final
					Diferidos	Outros	
Mobly Comércio Varejista Ltda.	300.617	94	25.369	11.031	-	-	337.111
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(65.394)	(290)	-	(8.658)	-	-	(74.342)
Mobly Tech Ltda.	(15.851)	33	-	(4.206)	-	-	(20.024)
Mobly Atacadista	214	-	-	(3.250)	-	-	(3.036)
Estok Comercio e Representações S.A	(242)	25	-	(62.121)	(6.804)	(2.888)	(72.030)
<b>Total</b>	<b>219.344</b>	<b>(138)</b>	<b>25.369</b>	<b>(67.204)</b>	<b>(6.804)</b>	<b>(2.888)</b>	<b>167.679</b>

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Informações de controladas**

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado de controladas é como segue:

**Em 31 de março de 2026**

Controladas	Participação Quotas / Ações	%	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100%	223.766	522.980	353.127	69.044	<b>324.576</b>	<b>100.769</b>	(12.564)
Mobly Hub Transportadora Ltda.	01	100%	35.776	183	117.003	815	<b>(81.859)</b>	<b>2.769</b>	(7.468)
Mobly Tech Ltda.	01	100%	72	450	23.667	-	<b>(23.144)</b>	<b>164</b>	(3.136)
Mobly Atacadista	01	100%	33.785	02	39.234	-	<b>(5.447)</b>	<b>23.104</b>	(2.410)
Estok Comercio e Representações S.A	164.682	61,11%	458.083	556.862	563.806	1.172.220	<b>(721.081)</b>	<b>208.607</b>	(47.761)

**Em 31 de dezembro de 2025**

Controladas	Participação Quotas / Ações	%	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100%	226.864	486.254	303.723	72.259	<b>337.138</b>	<b>489.401</b>	11.031
Mobly Hub Transportadora Ltda.	1	100%	32.343	183	106.262	654	<b>(74.390)</b>	<b>24.117</b>	(8.658)
Mobly Tech Ltda.	1	100%	37	450	20.495	-	<b>(20.008)</b>	<b>4.247</b>	(4.206)
Mobly Atacadista	1	100%	38.154	02	41.192	-	<b>(3.036)</b>	<b>90.143</b>	(3.250)
Estok Comercio e Representações S.A	164.682	61,11%	376.403	514.702	482.095	1.083.391	<b>(674.383)</b>	<b>964.064</b>	(101.654)

## 11. Outros ativos financeiros a valor justo

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Investimentos em cotas subordinadas de FIDC	115.840	115.840
Ajuste a valor justo do FIDC	(11.469)	(11.469)
<b>Total</b>	<b>104.371</b>	<b>104.371</b>
Circulante	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>104.371</b>	<b>104.371</b>

Em 02 de junho de 2025, a Estok Comércio e Representações S.A. realizou operação estruturada por meio da integralização de cotas subordinadas do FIDC ST 1019.A – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), mediante cessão de direitos creditórios decorrentes de decisão judicial transitada em julgado (“Claim Estok”), no valor de R\$ 149.840 (vide Nota Explicativa nº 8). Simultaneamente, um investidor institucional subscreveu cotas seniores no valor de R\$ 35.000 (sendo R\$ 34.000 recebidos em caixa pela Estok Comercio e Representações e R\$ 1.000 mantido no fundo), integralizadas em moeda corrente nacional. O objetivo econômico da operação é monetizar créditos judiciais, garantindo ao investidor sênior prioridade no recebimento por meio de cláusula de remuneração contratual e opção de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em eventos específicos.

O investimento em cotas subordinadas está classificado como ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em razão da natureza residual dos fluxos e da ausência de características que atendam ao teste SPPI (somente principal e juros). A Companhia não consolida o FIDC, nos termos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, pois não detém poder sobre as atividades relevantes nem capacidade de direcionar retornos variáveis.

A mensuração do investimento é realizada pelo valor justo classificado no Nível 3 da hierarquia de valor justo, conforme CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, em razão do uso de premissas relevantes não observáveis, especialmente relacionadas ao horizonte de liquidação do precatório e às taxas de desconto aplicáveis. O valor justo representa o preço de saída que seria praticado em transação ordenada entre participantes de mercado na data-base.

A mensuração utiliza técnica de fluxo de caixa descontado, considerando a atualização do ativo subjacente pela taxa Selic, a dedução do valor devido às cotas seniores (remuneradas a CDI acrescido de 12,5% ao ano) e o desconto do valor residual pela taxa de mercado. Em 31 de março de 2026, o valor contábil do investimento, após amortização parcial de R\$ 34.000, era de R\$ 115.840, enquanto o valor justo estimado, com base no cenário considerado mais provável pela administração, era de R\$ 104.371, resultando em ajuste negativo de R\$ 11.469. A Companhia reconheceu a variação no valor justo no resultado do período, conforme o CPC 48.

A administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração, incluindo horizonte de liquidação do precatório e taxas de desconto, considerando fatores como execução orçamentária federal e alterações nas condições de mercado. A operação envolve riscos, entre os quais se destacam: **(i)** risco de prazo, pois eventual alongamento do horizonte de liquidação reduz o valor justo da cota subordinada; **(ii)** risco de taxa, dado que elevação da Selic ou do CDI aumenta o custo da cota sênior e o desconto aplicado ao fluxo residual; e **(iii)** risco contratual, decorrente da existência de cláusula de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em determinadas condições. A estrutura contratual também prevê cláusula de remuneração adicional que assegura ao cotista sênior retorno mínimo equivalente a duas vezes o capital investido (R\$ 70 milhões), caso a liquidação do ativo ocorra em prazo inferior a 2,8 anos. A administração considera a ocorrência desse evento como remota, tendo em vista os prazos orçamentários aplicáveis à execução de precatórios federais.

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, a estrutura prevê obrigação contratual da Companhia de realizar aportes adicionais caso ocorra redução do valor do crédito cedido ou decisão judicial que inviabilize a restituição via precatório, de forma a recompor a estrutura e assegurar a remuneração mínima das cotas seniores. Essa obrigação é avaliada nos termos do CPC 25, sendo reconhecida como provisão quando houver probabilidade de perda e mensuração confiável, ou divulgada como passivo contingente quando aplicável.

Para fins de transparência, a administração apresenta a seguir a sensibilidade do valor justo do investimento em função de diferentes horizontes de liquidação:

Cenário	Valor Justo (R\$)	Ajuste frente ao valor contábil (R\$)
3 anos	104.371	(11.469)
4 anos	96.511	(18.328)
6 anos	83.786	(31.054)

A Companhia continuará monitorando as condições contratuais e de mercado, bem como a evolução do processo judicial subjacente, para assegurar que a mensuração do investimento reflita adequadamente o valor justo, conforme CPC 46 e as exigências de divulgação previstas no CPC 48 e na regulamentação da CVM.

**12. Imobilizado****Composição do imobilizado**

	Consolidado			
	Custo	Depreciação	31/03/2026	31/12/2025
Benfeitorias	205.884	(160.594)	45.290	50.909
Equipamentos de Informática	49.114	(45.177)	3.937	4.646
Estruturas/Instalações	114.864	(82.918)	31.946	34.074
Móveis e Utensílios	51.913	(34.528)	17.385	18.416
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.103	(19.487)	11.616	12.233
Pallets	2.719	(2.706)	13	17
Veículos	1.181	(1.181)	-	-
Equipamentos de telefonia	5.416	(3.127)	2.289	2.282
Terrenos	57.126	(511)	56.615	56.711
Imóveis	3.176	(1.829)	1.347	1.366
<b>Total</b>	<b>522.496</b>	<b>(352.058)</b>	<b>170.438</b>	<b>180.654</b>

A movimentação do custo ao longo dos três meses de 2026 foi:

	Consolidado			
	01/01/2026	Adições	Baixas	31/03/2026
Benfeitorias	213.882	2.346	(10.344)	205.884
Equipamentos de informática	49.113	44	(43)	49.114
Estruturas/Instalações	114.846	32	(14)	114.864
Móveis e utensílios	51.855	76	(18)	51.913
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.121	8	(26)	31.103
Pallets	2.838	-	(119)	2.719
Veículos	1.181	-	-	1.181
Equipamentos de telefonia	5.265	152	(1)	5.416
Terrenos <b>(i)</b>	57.126	-	-	57.126
Imóveis	3.176	-	-	3.176
<b>Total</b>	<b>530.403</b>	<b>2.658</b>	<b>(10.565)</b>	<b>522.496</b>

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da depreciação ao longo dos três meses de 2026 foi:

	Consolidado			
	01/01/2026	Adições	Baixas	31/03/2026
Benfeitorias	(162.973)	(7.966)	10.345	(160.594)
Equipamentos de informática	(44.467)	(716)	6	(45.177)
Estruturas	(80.772)	(2.160)	14	(82.918)
Móveis e utensílios	(33.439)	(1.107)	18	(34.528)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(18.888)	(625)	26	(19.487)
Pallets	(2.821)	(4)	119	(2.706)
Veículos	(1.181)	-	-	(1.181)
Equipamento de telefonia	(2.983)	(145)	1	(3.127)
Terrenos (i)	(415)	(96)	-	(511)
Imóveis	(1.810)	(19)	-	(1.829)
<b>Total</b>	<b>(349.749)</b>	<b>(12.838)</b>	<b>10.529</b>	<b>(352.058)</b>

(i) Refere-se à amortização da mais-valia identificada na aquisição da controlada Estok Comercio.

A Companhia efetuou testes de *impairment* do ativo imobilizado do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*, assim como não identificou necessidade de tal reconhecimento no período de três meses findo em 31 de março de 2026.

A administração considera todo o ativo imobilizado e intangível como uma única unidade geradora de caixa (UGC), devido a operação de vendas e-commerce e em lojas físicas por utilizarem da mesma estrutura operacional.

O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil nos períodos testados e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

### 13. Intangível

#### Composição do intangível

	Consolidado			
	Custo	Amortização	31/03/2026	31/12/2025
Ágio (goodwill)	275.126	-	275.126	275.121
Softwares - gerados internamente	39.018	(15.539)	23.479	25.835
Softwares - gerados int. em desenv.	22.276	-	22.276	19.075
Decorado - modelos para o site (i)	13.994	(13.760)	234	314
Marcas e patentes	121.752	(8.135)	113.617	115.056
Softwares - adquiridos de terceiros	150.801	(112.541)	38.260	44.113
Direito de Imagens	5.411	(5.411)	-	10
Ponto Comercial	1.264	-	1.264	1.264
<b>Total</b>	<b>629.642</b>	<b>(155.386)</b>	<b>474.256</b>	<b>480.788</b>

A movimentação do custo intangível ao longo dos três meses de 2026 foi:

	Consolidado		
	01/01/2026	Adições	31/03/2026
Ágio (goodwill)	275.126	-	275.126
Softwares - gerados internamente	39.018	-	39.018
Softwares - gerados int. em desenv.	19.075	3.201	22.276
Decorado - modelos para o site (i)	13.994	-	13.994
Marcas e patentes	121.752	-	121.752
Softwares - adquiridos de terceiros	150.467	334	150.801
Direito de Imagens	5.411	-	5.411
Ponto Comercial	1.264	-	1.264
<b>Total</b>	<b>626.107</b>	<b>3.535</b>	<b>629.642</b>

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos três meses de 2026 foi:

	Consolidado		
	01/01/2026	Adições	31/03/2026
Softwares - gerados internamente	(13.183)	(2.356)	(15.539)
Decorado - modelos para o site <b>(i)</b>	(13.680)	(80)	(13.760)
Softwares - adquiridos de terceiros	(106.354)	(6.187)	(112.541)
Direito de Imagens	(5.401)	(10)	(5.411)
Ponto Comercial	-	-	-
Marcas e Patentes	(6.696)	(1.439)	(8.135)
<b>Total</b>	<b>(145.314)</b>	<b>(10.072)</b>	<b>(155.386)</b>

**14. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores	-	-	133.087	130.820
Serviços de Marketing	-	-	8.212	8.882
Fretes	-	-	7.059	4.978
Fornecedores de Serviços	18.286	15.022	44.939	33.644
Importação em trânsito	-	-	13.381	5.115
<b>Total</b>	<b>18.286</b>	<b>15.022</b>	<b>206.678</b>	<b>183.439</b>
Circulante	18.286	15.022	206.678	183.439
<b>Não Circulante</b>	-	-	-	-

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Valor contábil dos passivos financeiros	133.083	130.820
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias	90-120 dias

**14.1. Risco sacado**

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Risco sacado	29.742	39.895
<b>Total</b>	<b>29.742</b>	<b>39.895</b>

O Grupo celebrou contratos de risco sacado durante os três meses de 2026 e no exercício de 2025 com instituições financeiras (bancos e fundos), com início da operação na Tok&Stok em 2025. Esses contratos foram disponibilizados aos fornecedores como uma alternativa para antecipação de recebíveis, especialmente em função dos prazos de pagamento praticados pelo Grupo, contribuindo para atender às necessidades de capital de giro desses parceiros.

A adesão ao programa ocorre por opção exclusiva dos fornecedores, sem alteração das condições comerciais originalmente negociadas, incluindo preços e prazos de pagamento.

No contexto dessas operações, apesar da participação das instituições financeiras no pagamento antecipado aos fornecedores, o risco de crédito das obrigações permanece substancialmente com o Grupo, uma vez que não há transferência do risco nem liberação da obrigação original junto ao fornecedor. No âmbito das operações de risco sacado, não há concessão de garantias adicionais pelo Grupo às instituições financeiras, além da sua própria capacidade de crédito. Nessas operações, a análise de risco é realizada com base exclusivamente no risco de crédito do Grupo, na qualidade de devedor (sacado).

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, os fornecedores não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento das obrigações em caso de eventual inadimplência, tampouco há coobrigação ou garantias prestadas por estes.

O programa de risco sacado é relevante para a manutenção da cadeia de fornecimento do Grupo, considerando que parte dos fornecedores não possui capacidade de financiar o capital de giro necessário para operar dentro dos prazos praticados. Nesse contexto, o programa se mostra mais eficiente do ponto de vista financeiro do que a antecipação direta dos pagamentos pelo Grupo com recursos próprios.

Os limites disponibilizados no âmbito do programa são periodicamente reavaliados pelas instituições financeiras, de acordo com suas políticas de crédito, podendo resultar em aumento ou redução da capacidade de financiamento. Contudo, tais reavaliações não implicam vencimento antecipado das obrigações do Grupo.

Os pagamentos realizados às instituições financeiras continuam sendo classificados como fluxos de caixa operacionais, uma vez que estão diretamente relacionados ao ciclo operacional do Grupo, representando pagamentos pela aquisição de mercadorias para revenda.

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/03/2026</b>
Valor contábil dos passivos financeiros	29.742
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>
Valor contábil dos passivos financeiros	39.895
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

**(i)** O Grupo não é responsável pelos juros decorrentes da antecipação do título junto ao banco. Esses encargos são de responsabilidade do próprio fornecedor que solicitou a antecipação via operação de risco sacado

## 15. Salários e encargos sociais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Salários e encargos sociais a pagar	9	16	14.924	16.806
Provisão de férias e décimo terceiro	-	-	16.352	14.396
Provisão para bônus <b>(i)</b>	1.272	3.528	7.424	18.517
Outros	-	-	742	1.110
<b>Total</b>	<b>1.281</b>	<b>3.544</b>	<b>39.442</b>	<b>50.829</b>

**(i)** A variação é referente ao estorno de provisão de bônus devido ao não atingimento de algumas metas do Grupo.

## 16. Empréstimos e financiamentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Debêntures públicas	-	-	499.356	480.574
Debêntures privadas	997	944	997	944
Antecipação de recebíveis <b>(i)</b>	-	-	20.224	25.840
<b>Total</b>	<b>997</b>	<b>944</b>	<b>520.577</b>	<b>507.358</b>
Circulante <b>(i)</b>	-	-	39.055	25.840
<b>Não circulante</b>	<b>997</b>	<b>944</b>	<b>481.522</b>	<b>481.518</b>

**(i)** O saldo apresentado no passivo circulante refere-se à antecipação de recebíveis oriundos de operações de marketplace que, em função das características contratuais, o Grupo entende se enquadrar como operação de financiamento, não sendo, portanto, tratado como redução do saldo de contas a receber.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.2, em 08 de agosto de 2024, a Estok Comércio e Representações S.A. (“Tok&Stok”), com interveniência da Grupo Toky S.A. (anteriormente denominado Mobly S.A.) e suas controladas, celebrou com seus credores qualificados um Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), nos termos da Lei no 11.101/2005 (Lei de Recuperações e Falências), com o objetivo de reestruturar substancial parcela de seu endividamento financeiro não operacional.

Em 06 de novembro de 2024, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo proferiu sentença nos autos do processo nº 1127468-81.2024.8.26.0100, homologando o Plano de Recuperação Extrajudicial da Estok Comércio e Representações Ltda. (Tok&Stok), consolidando os efeitos da reestruturação previamente acordada com os credores.

O plano homologado resultou na emissão de debêntures simples, não conversíveis, de distribuição pública pela Tok&Stok, com vencimento em julho de 2031 (“debêntures públicas”), e na emissão de debêntures conversíveis em ações, de distribuição privada, pela Mobly, com vencimento em fevereiro de 2029 (“debêntures privadas”).

Essa operação configurou um instrumento de extinção e substituição de passivos, sendo refletida contabilmente na data de fechamento das subscrições das debêntures que ocorreu no primeiro trimestre de 2025, onde foi realizada a baixa do passivo original e o reconhecimento do novo passivo, conforme os termos estabelecidos nos instrumentos das debêntures. A diferença entre o valor contábil da obrigação extinta e o valor presente da nova obrigação, no montante de R\$ 124.139, foi reconhecida como despesa financeira no resultado desde o fechamento da transação. O montante de R\$ 18.782 foi reconhecido durante o primeiro trimestre de 2026, atualizando o valor da dívida para o período em curso. Nas debêntures públicas os juros apropriados até 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados e o saldo atualizado seguirá a amortização do principal.

Descrevemos a seguir as principais características dos instrumentos emitidos:

### **Debêntures públicas**

Em julho de 2024 foi realizada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, registrada conforme a Resolução CVM 160. A operação foi formalizada pela Escritura de Emissão de Debêntures da Primeira Emissão da Tok&Stok, datada de 27 de julho de 2024, e posteriormente alterada por três aditamentos firmados em 22 de agosto 2024, 2 de outubro de 2024 e 24 de janeiro de 2025, que ajustaram os termos e condições da operação, incluindo aspectos de cronograma, garantias, e reorganização do fluxo de amortização.

A emissão teve como principal finalidade a substituição de passivos existentes perante credores financeiros que aderiram ao plano de recuperação extrajudicial homologado judicialmente. O valor total da emissão foi de R\$ 454.369, representado por 454.369 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,00.

No exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a aquisição, com desconto, de parte das debêntures emitidas pela Tok&Stok e anteriormente detidas pela Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. (“Domus”), no contexto de sua estratégia de reestruturação financeira e otimização da estrutura de capital do Grupo.

A operação foi formalizada mediante cessão dos créditos detidos pela Domus, seguida da capitalização desses valores no capital social da Companhia, com a correspondente emissão de ações. Adicionalmente, realizados aditamentos à escritura de emissão das debêntures, no âmbito da reestruturação financeira da Companhia, os quais possibilitaram a liquidação parcial da obrigação mediante capitalização dos créditos e emissão de instrumentos patrimoniais, sem alteração das características originais das debêntures remanescentes, que permanecem não conversíveis em ações.

No contexto da operação de recompra das debêntures anteriormente detidas pela Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda., a Companhia emitiu, às ações ordinárias, bônus de subscrição, conferindo ao seu titular o direito de subscrever ações adicionais da Companhia, conforme condições contratuais específicas.

Os bônus de subscrição foram estruturados com a finalidade exclusiva de proteção e equalização econômica, visando resguardar o terceiro contra eventual concessão futura de condições mais vantajosas a outros credores em operações relacionadas à renegociação, aquisição ou capitalização de dívidas remanescentes, funcionando, assim, como um mecanismo de proteção, e não como instrumento de remuneração adicional ou geração autônoma de retorno econômico.

O exercício dos bônus está condicionado à ocorrência de evento futuro específico, definido contratualmente como a realização de determinada operação societária relacionada a nova capitalização de dívida, em condições econômicas mais favoráveis do que aquelas pactuadas na transação original. Até a data base das informações financeiras, não ocorreu, nem se encontrava em curso, qualquer evento que caracterize o atendimento das condições de exercício dos referidos bônus.

Com base:

- na natureza de proteção do instrumento;
- no controle do evento gatilho pela própria Companhia;
- na ausência de renegociações da dívida remanescente em condições mais vantajosas até a data base; e
- na avaliação da administração quanto à baixa probabilidade de exercício nas circunstâncias atuais.

Os bônus de subscrição foram considerados instrumentos de proteção, não tendo sido identificado valor justo relevante na data base, não tendo sido reconhecidos contabilmente. A Companhia procederá à reavaliação desse entendimento caso ocorram, em períodos futuros, eventos que possam alterar as premissas consideradas ou acionar as condições contratuais de exercício.

Como consequência da operação, houve redução do endividamento consolidado do Grupo, em função da substituição de passivos financeiros por instrumentos patrimoniais, bem como fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, sem impacto em caixa.

Os créditos originalmente detidos pela Domus e posteriormente transferidos no âmbito da reorganização passaram a ser detidos pela Mobly Varejista Ltda., que passou a figurar como credora dos referidos valores, permanecendo a Tok&Stok como devedora dessas obrigações, sem alteração das condições econômicas substanciais originalmente pactuadas.

Os ativos financeiros decorrentes dessa operação foram reconhecidos nas informações financeiras individuais da Mobly Varejista Ltda. como contas a receber de partes relacionadas, mensurados ao custo amortizado, conforme aplicável.

Em 31 de março de 2026 o valor atualizado das debêntures públicas era de R\$ 499.356 (R\$ 480.574 em 31 de dezembro de 2025).

As debêntures possuem vencimento final em 31 de julho de 2031, estando a amortização do principal programada para iniciar em janeiro de 2027, em 54 parcelas mensais e sucessivas. O pagamento do principal está sujeito a período de carência até 31 de dezembro de 2026.

Em relação à remuneração (juros), o contrato estabelece período de carência até 24 de dezembro de 2025, durante o qual os encargos financeiros são capitalizados e incorporados ao valor nominal das debêntures. A partir de janeiro de 2026, os juros passam a ser pagos mensalmente, conforme cronograma contratual. Os juros provisionados até 31 de dezembro de 2025 serão incorporados ao principal para fins de pagamento a partir de 2027. Os juros incorridos a partir de 2026 passaram a ser exigíveis a partir de maio de 2026, em decorrência da reprogramação do fluxo de pagamento aprovada na Assembleia Geral de Debenturistas.

Dessa forma, até 31 de maio de 2026 não há desembolso financeiro a título de remuneração, e até 31 de dezembro de 2026 não há desembolso a título de principal. Considerando tais condições contratuais, não se faz necessária a reclassificação de parte do saldo para o passivo circulante nas informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025. Os juros provisionados até 31 de dezembro de 2025 serão incorporados ao principal para início de pagamento a partir de 2027.

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração das debêntures corresponde a 100% da Taxa DI Over de um dia, acrescida de spread de 2,00% ao ano, com capitalização exponencial e cálculo pro rata temporis. Os juros incidem sobre o saldo devedor atualizado do valor nominal unitário das debêntures.

A operação conta com garantias estruturadas em duas modalidades:

Garantia real, mediante alienação fiduciária de:

- Imóvel de titularidade da emissora, situado na Cidade de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, conforme registrado na Matrícula no 1.073 do Único Serviço Notarial e Registral de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

Garantia fidejussória, por meio de fiança solidária prestada pelo Grupo Toky S.A. (anteriormente denominado Mobly S.A.) e suas controladas, abrangendo a totalidade das obrigações previstas na emissão.

Os debenturistas contam com mecanismos de proteção contratual (“covenants”) conforme demonstrado a seguir. Tais covenants permanecem válidos para as novas debêntures emitidas.

- Covenants de dívida líquida/EBITDA ajustado:

Medido anualmente, a partir de janeiro de 2026, de acordo com as informações divulgadas nas informações financeiras consolidadas anuais auditadas do Grupo, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Covenants de dívida líquida/EBITDA ajustado
2026	10,4x
2027	6,4x
2028	4,5x
2029	3,4x
2030 em diante	2,6x

**Valor máximo de dívida financeira líquida:** medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas informações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Valor máximo de dívida financeira líquida
2025	R\$ 782 milhões
2026	R\$ 824 milhões
2027	R\$ 849 milhões
2028	R\$ 827 milhões
2029	R\$ 774 milhões
2030	R\$ 669 milhões
2031 em diante	R\$ 669 milhões corrigido pela taxa DI

Covenant de CapEx (repactuado): medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas informações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os valores a seguir:

Ano	CapEx máximo que pode ser desembolsado
2025	R\$ 48 milhões
2026	R\$ 48 milhões
2027	R\$ 50 milhões
2028	R\$ 51 milhões
2029	R\$ 55 milhões
2030	R\$ 57 milhões
2031 em diante	R\$ 57 milhões corrigido pela taxa DI

Adicionalmente, a escritura e os aditamentos estabelecem diversas hipóteses de vencimento antecipado, entre as quais se destacam:

- Descumprimento de obrigação de pagamento de qualquer parcela de principal, juros ou encargos;
- Descumprimento de obrigações acessórias, incluindo covenants, entrega de informações e manutenção de garantias;

- Deterioração relevante da situação financeira da emissora ou garantidores;
- Execução judicial ou extrajudicial contra a emissora, garantidores ou qualquer empresa do grupo, envolvendo valores superiores a determinado limite financeiro;
- Cancelamento, suspensão ou perda das garantias previstas na escritura;
- Default cruzado: inadimplemento de outras dívidas financeiras relevantes (inclusive bancárias);
- Mudança de controle da emissora ou dos garantidores sem prévia anuência dos debenturistas;
- Revogação ou não homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial;
- Incorporação, cisão ou fusão da emissora ou dos garantidores, que não tenham sido previamente aprovadas;
- Não observância de compromissos previstos nos aditamentos, incluindo a manutenção de garantias adicionais.

### **Debêntures privadas**

Em janeiro de 2025 foi realizada a emissão de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias de sua própria emissão, da espécie quirografária no montante total de R\$ 132.165, representadas por 132.165 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.

Essas debêntures foram emitidas como contraprestação pela cessão, à Companhia, de créditos anteriormente detidos por fundos contra a Tok&Stok. Com a cessão, a Mobly passou a figurar como credora desses créditos, com vencimento em 31 de dezembro de 2035, sujeitos à atualização pela taxa DI, acrescida de juros remuneratórios de 2,00% ao ano, com capitalização diária. A Companhia reconheceu tais valores como contas a receber de partes relacionadas em suas demonstrações individuais, mensurados ao custo amortizado.

No âmbito da reestruturação ocorrida ao longo de 2025, as debêntures foram objeto de ajustes em sua estrutura contratual, incluindo seu desmembramento em séries distintas, sem alteração do valor total originalmente emitido.

No mesmo contexto, no exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a conversão de dívida anteriormente mantida junto à SPX em aumento de capital, no âmbito de sua reorganização societária e estratégia de otimização da estrutura de capital.

A referida operação foi formalizada mediante capitalização do crédito detido pela SPX, com a correspondente emissão de ações da Companhia, resultando na extinção da obrigação financeira anteriormente registrada.

Como consequência, houve redução do passivo financeiro da Companhia e aumento do patrimônio líquido em montante equivalente ao valor do crédito capitalizado, não havendo impacto em caixa decorrente dessa transação.

Adicionalmente, os créditos originalmente detidos por terceiros e posteriormente cedidos no contexto da reorganização passaram a ser detidos pela Companhia, permanecendo a Tok&Stok como devedora desses valores perante a TOKY, sem alteração das condições econômicas substanciais da obrigação.

No mesmo contexto, parte das debêntures privadas emitidas pela Companhia foi convertida em ações ordinárias, conforme previsto contratualmente, resultando na correspondente redução do passivo financeiro e aumento do patrimônio líquido, sem impacto em caixa.

As debêntures privadas emitidas pela Mobly possuem as seguintes características principais:

- Remuneração: Taxa DI + 2,00% ao ano, capitalizados pro rata temporis, até o vencimento ou a data de conversão;
- Conversibilidade: a qualquer tempo, total ou parcial, a critério da Companhia ou do debenturista ou obrigatoriamente em 31 de dezembro de 2035;
- Preço de conversão: R\$ 9,00 por ação ordinária, corrigido monetariamente até a data de conversão, com arredondamento para o número inteiro de ações;

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Vencimento final: 31 de dezembro de 2035;
- Liquidação: por meio da conversão em ações, podendo ocorrer antecipadamente conforme previsto contratualmente. A liquidação em dinheiro é permitida, mas apenas se e após a quitação integral das dívidas reestruturadas da Tok&Stok;
- Natureza do instrumento: por não atender ao critério fixo-fixo (fixed-for-fixed) para conversão, conforme CPC 39, as debêntures foram classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Não há garantias específicas vinculadas a essas debêntures, nem cláusulas típicas de covenants financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, permanecem em aberto debêntures privadas na controladora, as quais continuam sujeitas aos termos e condições contratuais, incluindo, quando aplicável, mecanismos de ajuste econômico previstos contratualmente e sua conversibilidade em ações.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período de 2026 é como segue:

Movimentação empréstimos	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>944</b>	<b>481.518</b>
Juros incorridos em 2026 sobre as debêntures públicas	-	18.782
Juros incorridos em 2026 sobre as debêntures privadas	53	53
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>997</b>	<b>500.353</b>

Movimentação Financiamentos (Antecipação de recebíveis)	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>25.840</b>
Novas contratações - Principal	22.535
Juros sobre novas contratações	1.085
Pagamento de Principal	(27.736)
Pagamento de juros	(1.500)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>20.224</b>

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão apresentados a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	-	21.625
2028	-	50.309
2029	-	71.237
2030	-	71.237
2031	-	71.237
2032	-	71.237
2033	-	71.237
2034	-	71.237
2035	997	997
<b>Total</b>	<b>997</b>	<b>500.353</b>

A movimentação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está apresentada nas informações financeiras anuais individuais e consolidadas relativas àquele exercício, publicadas em 31 de março de 2026.

**17. Adiantamentos de clientes**

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamento de clientes	17.743	16.013
Repasses sellers	137	497
Receita futura (i)	4.007	6.347
Cashback	6	23
Outras receitas diferidas	-	518
<b>Total</b>	<b>21.893</b>	<b>23.398</b>

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Refere-se aos pedidos que foram faturados e não entregues aos clientes, seu reconhecimento deve acontecer em uma data posterior aos períodos de 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025;

**18. Depósitos e bloqueios judiciais**

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos tributários (i)	76.788	75.123
Depósitos trabalhistas	658	619
Bloqueios judiciais	402	392
Outros depósitos judiciais (ii)	10.904	10.022
<b>Total</b>	<b>88.752</b>	<b>86.156</b>
Circulante	401	392
<b>Não circulante</b>	<b>88.351</b>	<b>85.764</b>

A movimentação dos depósitos é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>86.156</b>
Adição	930
Atualização monetária	1.666
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>88.752</b>

(i) Os principais depósitos judiciais encontram-se, essencialmente, detalhados a seguir:

**a) PIS e Cofins (base de cálculo PIS e Cofins)**

Em 23 de outubro de 2020 após o entendimento da 4ª turma do TRF3, o recurso de apelação da Fazenda sobre o mandado de Segurança no. 5025689-42.2018.4.03.6100 foi julgado desfavorável ao Grupo e tendo sido proferida a sentença em 04 de novembro de 2020. Em razão disso, o tema subiu para o STF como repercussão geral e será julgado em mais uma instância. Com base nesta última decisão, o Grupo passou a fazer o depósito em juízo do montante suspenso no valor de R\$ 46.968 (R\$ 45.918 em 2025). Os valores estão atualizados pela taxa Selic. O Grupo, amparado por seus assessores jurídicos, considerou esta ação como possível de êxito (Nota Explicativa nº 19.a).

**b) Diferencial de alíquotas - DIFAL**

O Grupo realizou depósitos pertinentes à DIFAL (Diferencial de Alíquota Entre os Estados). Em dezembro de 2020 o Grupo ingressou com ação nos Estados pleiteando o seu direito ao não recolhimento da DIFAL, pois esse tema no Brasil estava como repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) e as chances de êxito vinham evoluindo a favor dos contribuintes. O Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou que tal norma está em desacordo com alguns princípios ou hierarquias das leis brasileiras, e avaliou o ingresso de tal ação judicial como de êxito provável. Como o Grupo já detém ação judicial em curso questionando a legalidade da cobrança, o efeito suspensivo é imediato a partir da data em que houve o ingresso da ação, com isso o Grupo realizou depósitos judiciais até que a ação seja julgada. O montante em 31 de março de 2026 totaliza R\$ 29.781 (R\$ 29.204 em 2025).

Com a instituição da Lei Complementar nº 190/2022, sancionada em 5 de janeiro de 2022, o Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou como provável o êxito das medidas judiciais relacionadas ao recolhimento do DIFAL, efetuando depósitos judiciais a partir de abril de 2022 (Nota Explicativa nº 19.a).

Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que as empresas que ajuizaram ações judiciais até 29 de novembro de 2023 estão dispensadas do recolhimento do DIFAL referente ao exercício de 2022. Dessa forma, o Grupo aguarda a restituição dos valores depositados, conforme o trânsito em julgado das respectivas decisões.

Parte das ações propostas em 2021 já teve decisão favorável à Companhia, resultando na restituição de R\$18.628 diretamente em conta corrente. Adicionalmente, créditos no montante de R\$8.049 foram negociados com terceiros (Score Capital), tendo sido recebidos E\$5.947 até a data-base, considerando parcela à vista e componente variável conforme as condições contratuais.

(ii) O montante referenciado são depósitos em garantias civis e do consumidor.

## 19. Provisão para contingências

O Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Contingências cíveis	4.158	3.740
Contingências trabalhistas	19.062	18.957
Contingências tributárias	25.163	25.163
<b>Total</b>	<b>48.383</b>	<b>47.860</b>
Circulante	490	383
<b>Não circulante</b>	<b>47.893</b>	<b>47.477</b>

A Tok&Stok discute judicialmente a incidência do DIFAL referente às competências de 2021, 2023 e 2024, cujo montante atualizado totaliza R\$75.166. À luz das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que modulam os efeitos da declaração de inconstitucionalidade do DIFAL anterior à Lei Complementar nº 190/2022, e considerando que a Companhia não possuía ação judicial em curso à época do referido julgamento, bem como a validade da cobrança após a edição da norma complementar, as ações foram classificadas como de êxito remoto.

A movimentação das contingências prováveis é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>47.860</b>
Adições	440
Atualização monetária	334
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>48.634</b>

### a) Contingências possíveis

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Existem processos avaliados pelo Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, relacionados a processos cíveis no montante de R\$ 58.435 em 31 de março de 2026 (R\$58.238 em 31 de dezembro de 2025), trabalhistas no montante de R\$ 12.807 em 31 de março de 2026 (R\$ 14.534 em 31 de dezembro de 2025).

O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do PIS e Cofins em suas próprias bases. Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e Cofins, o Grupo requereu o direito de excluir os valores do PIS e Cofins das suas próprias bases de cálculo de contribuições. Esta ação, amparada por seus assessores jurídicos, foi considerada como possível de êxito sendo o seu montante na data base de 31 de março de 2026 no valor de R\$ 50.114 (R\$49.262 em 31 de dezembro de 2025) (Nota Explicativa nº 18). Os números mencionados estão atualizados pela taxa Selic.

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente às despesas com Marketing, Marketplace e Data Center. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de março de 2026 representa R\$ 11.151 para o PIS e R\$ 51.366 para o Cofins.

O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente à inclusão do ICMS e do IPI na base de cálculo dos créditos. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de março de 2026 representa R\$ 23.900.

O Grupo discute judicialmente as alterações no formato de tributação relacionados à subvenção para investimento instituídas pela Medida Provisória no 1.185, de 30 de agosto de 2023 (“MP no 1.185/23”), posteriormente convertida na Lei no 14.789, de 29 de dezembro de 2023 (“Lei no 14.789/23”) e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações passaram a prever a incidência de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS. O tema foi discutido com os assessores jurídicos e a tese foi classificada com chances de êxito “possível”. O montante dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de março de 2026 representa R\$ 4.158 para o PIS e para a Cofins R\$ 19.153. Já para o IRPJ e a CSLL, o montante acumulado desde o início da discussão representa R\$ 85.686, sendo R\$ 36.016 referentes ao exercício de 2025.

Destacamos que em caso de perda do processo, os montantes apresentados acima seriam absorvidos pelo prejuízo fiscal acumulado.

## 20. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Provisões para restituições <b>(i)</b>	9.614	9.616
Provisão para devolução de produtos	898	762
Provisões <b>(ii)</b>	18.967	18.579
Manutenção a pagar	2.786	2.444
Allowance	8.244	8.516
Imobilizados a pagar <b>(iii)</b>	19.505	23.672
Ocupações <b>(iv)</b>	34.538	10.888
Outras Contas a pagar <b>(v)</b>	11.354	5.230
<b>Total</b>	<b>105.906</b>	<b>79.707</b>
Circulante	96.292	70.091
<b>Não circulante</b>	<b>9.614</b>	<b>9.616</b>

**(i)** Substancialmente refere-se a estimativa de custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem, remoção e restituição dos imóveis arrendados, após o fim do prazo de locação destes ativos

**(ii)** Montante refere-se a provisões para despesas operacionais e de reestruturação que serão estornadas/revertidas assim que ocorrerem as respectivas despesas e os gastos com a reestruturação.

**(iii)** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, informamos que o grupo adquiriu um terreno localizado ao lado da loja situada no bairro de Pinheiros, pelo valor total de R\$34.403. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto referente à referida aquisição perfaz o montante de R\$19.505. A presente nota explicativa tem como objetivo evidenciar a posição patrimonial e financeira relacionada aos itens acima descritos na data-base indicada.

**(iv)** Variação de saldo refere-se substancialmente por renegociação e postergações sobre os pagamentos de condomínio, água, energia elétrica entre outros, bem como seus respectivos encargos devidos até a data desta divulgação financeira.

**(v)** Variação ocorre em decorrência da postergação/renegociação no pagamento de serviços de limpeza, consumo e desmobilização.

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das provisões	Consolidado		Total
	Restituições	Devoluções	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10.487</b>	-	<b>10.487</b>
Adições/reversões	(871)	762	<b>(109)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>9.616</b>	<b>762</b>	<b>10.378</b>
Adições/reversões	(2)	136	<b>134</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>9.614</b>	<b>898</b>	<b>10.512</b>

**21. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento****a) Arrendamentos como arrendatário**

O Grupo atua como arrendatário em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 o Grupo reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de março de 2026, foi a seguinte:

Direito de uso	Consolidado			Total
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>244.647</b>	<b>478</b>	<b>4.302</b>	<b>249.427</b>
Adições	2.054	-	-	<b>2.054</b>
Baixas (i)	(3.295)	-	(10)	<b>(3.305)</b>
Remensuração (ii)	67.407	-	-	<b>67.407</b>
Depreciação	(18.856)	(215)	(925)	<b>(19.996)</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>291.957</b>	<b>263</b>	<b>3.367</b>	<b>295.587</b>

(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de armazéns.

(ii) Em janeiro de 2026, houve revisão dos contratos e da taxa de juros aplicada, o que resultou na reavaliação dos contratos de aluguel vigentes até a data-base.

Passivo de arrendamento	Consolidado			Total
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>300.063</b>	<b>1.779</b>	<b>4.878</b>	<b>306.720</b>
Adições	2.052	-	-	<b>2.052</b>
Baixas	(5.713)	(10)	-	<b>(5.723)</b>
Remensuração (i)	67.897	(3)	-	<b>67.894</b>
Pagamento passivo de arrendamento	(12.979)	(877)	(295)	<b>(14.151)</b>
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(14.107)	(873)	(109)	<b>(15.089)</b>
Apropriação de juros	18.008	873	109	<b>18.990</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>355.221</b>	<b>889</b>	<b>4.583</b>	<b>360.693</b>
Circulante				<b>121.090</b>
<b>Não circulante</b>				<b>239.603</b>

(i) Em janeiro de 2026, houve revisão dos contratos e da taxa de juros aplicada, o que resultou na reavaliação dos contratos de aluguel vigentes até a data-base.

O Grupo chegou às suas taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito).

Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	De 5,1% a 19,6%
De 6 a 7 anos	De 7,9% a 16,4%
Acima de 7 anos	De 9,2% a 16,6%

Fluxo de caixa	31/03/2026		31/12/2025	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestações do arrendamento	413.354	360.693	401.168	335.118
PIS/Cofins potencial (9,25%) (i)	38.235	33.364	37.108	30.998

(i) Créditos de PIS e Cofins, relacionados às despesas de arrendamento (IFRS 16).

Considerando as orientações de divulgação do Ofício Circular 02/20 da CVM, os fluxos de caixa contratuais em 31 de março de 2026 estão descritos na Nota Explicativa nº 30 c. (v) – risco de liquidez.

**22. Tributos a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
ICMS a recolher (i)	-	-	157.768	148.305
Cofins a recolher	339	-	8.599	5.872
PIS a recolher	55	-	1.846	1.393
IPI a recolher	-	-	2.011	2.923
Impostos parcelados (ii)	185	195	62.295	45.501
Outros tributos	163	-	6.954	1.883
<b>Total</b>	<b>742</b>	<b>195</b>	<b>239.473</b>	<b>205.877</b>
Circulante	602	195	196.641	174.106
<b>Não circulante</b>	<b>140</b>	<b>-</b>	<b>42.832</b>	<b>31.771</b>

(i) O saldo de ICMS a recolher é composto pelo Diferencial de Alíquotas (DIFAL), incidente sobre as vendas destinadas a consumidor final não contribuinte, e pelo ICMS próprio. Do montante apresentado no quadro acima, R\$150.472 referem-se ao DIFAL, enquanto o valor remanescente corresponde ao ICMS a recolher decorrente de incentivos fiscais e das operações de vendas realizadas nas lojas. O saldo apresentado está devidamente atualizado com os encargos até a data base desta Demonstração Financeira.

(ii) O aumento do saldo de parcelamentos tributários no período decorre, principalmente, da adesão a novos parcelamentos de débitos fiscais. A referida adesão integra o plano de regularização tributária da Companhia, sendo realizada de forma estratégica com o objetivo de mitigar os impactos de encargos incidentes, por meio da utilização de programas de parcelamento disponíveis e da reavaliação da capacidade de pagamento de tributos para fins de aplicação de juros e multas, conforme a legislação vigente.

## 23. Dívidas com acionistas não controladores

O Grupo possui, através de sua subsidiária Estok Comércio e Representações S.A., as dívidas com acionistas não controladores abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para parcela sob condição suspensiva (i)	75.710	72.862
Empréstimo com acionistas (ii)	5.381	5.179
<b>Total</b>	<b>81.091</b>	<b>78.041</b>

(i) O saldo de contraprestação a pagar refere-se ao parcelamento devido aos ex-controladores do Grupo decorrente da aquisição do controle acionário da Estok Comércio e Representações S.A. e cuja dívida foi assumida pelo Grupo com a incorporação da Mevamoga Participações S.A. Esta dívida foi negociada em conjunto ao plano de continuidade operacional divulgado, para pagamento em 2035. Em 31 de março de 2026 o montante é de R\$ 75.710;

(ii) Em 24 de julho de 2023 o Grupo firmou contrato de mútuo junto aos seus acionistas no montante de R\$ 3.260 para normalização do fluxo de caixa operacional.

As dívidas com acionistas não controladores apresentadas possuem características específicas que as diferenciam de passivos financeiros tradicionais. Tais obrigações estão sujeitas a condições contratuais específicas, incluindo gatilhos de exigibilidade atrelados à geração de caixa e ao cumprimento do plano de continuidade operacional do Grupo.

Adicionalmente, tais instrumentos possuem natureza subordinada em relação às demais obrigações financeiras da Companhia, de modo que seu pagamento ocorre após a liquidação de credores financeiros seniores. A remuneração associada a esses instrumentos, quando aplicável, também está condicionada à capacidade financeira do Grupo, refletindo sua posição na estrutura de capital.

Dessa forma, tais passivos apresentam perfil distinto de risco e liquidez quando comparados às dívidas financeiras tradicionais, sendo considerados instrumentos subordinados no contexto da estrutura de capital consolidada.

## 24. Patrimônio líquido

### Composição societária

Em 31 de março de 2026 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de Ações	
	(em unidades)	Participação %
Dsk Capital Gestora De Recursos E Consultoria Ltda.	41.998.702	19,37%
Spx Private Equity Gestão De Recursos Ltda.	24.909.105	11,49%
Buriti Investimentos Gestora De Recursos Ltda.	21.108.476	9,74%
Exa Capital Asset Ltda.	17.749.430	8,19%
Domus Aurea Serviços De Tecnologia Ltda.	11.870.823	5,48%
Administração	7.563.417	3,49%
Ações em circulação	91.587.037	42,25%
<b>Total</b>	<b>216.786.990</b>	<b>100%</b>

### Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2026, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.278.429, dividido em 216.786.990 unidades de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (216.786.990 unidade de ações em 31 de dezembro de 2025). Do valor destinado ao aumento de capital, R\$ 153.357 foi destinado ao capital social e R\$ 25.269 foram destinados à reserva de capital.

**Notas explicativas da administração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referido aumento de capital decorreu, substancialmente, da capitalização de créditos anteriormente detidos por credores, incluindo a conversão de dívidas em instrumentos patrimoniais. Em 2025, a Companhia concluiu etapas adicionais dessa reestruturação, com destaque para a conversão de debêntures privadas em capital social. (Nota explicativa nº 16).

**Prejuízo por ação**

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuível aos acionistas da controladora e na média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

O prejuízo diluído por ação corresponde ao prejuízo básico por ação, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício e, portanto, os instrumentos financeiros potencialmente conversíveis, incluindo planos de stock options e debêntures conversíveis, foram considerados antidilutivos e não foram incluídos no cálculo, conforme o CPC 41 – Resultado por Ação.

	Controladora/Consolidado			
	Três meses findos			
	Básico		Diluído	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo do período	(56.801)	(32.459)	(56.801)	(32.459)
Média ponderada de ações durante o período (em milhares)	216.786	122.763	216.786	122.763
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo - em R\$	(0,2620)	(0,2644)	(0,2620)	(0,2644)

**25. Receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos****a) Receita operacional líquida**

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
<b>Receita operacional bruta</b>		
Vendas de mercadorias e serviços (ii)	409.299	487.253
<b>Receita operacional, bruta</b>	<b>409.299</b>	<b>487.253</b>
<b>Impostos Incidentes</b>		
Impostos	(78.639)	(94.386)
ICMS - Incentivo fiscal (i)	16.095	8.368
Devoluções e cancelamentos	(17.080)	(21.823)
Descontos	(20.227)	2.000
<b>Receita, líquida</b>	<b>309.448</b>	<b>381.412</b>

**(i)** Reconhecimento do benefício especial concedido pelo Estado de Minas Gerais e Espírito Santo. O Grupo é beneficiário de Regime Especial concedido pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que prevê a aplicação de crédito presumido de ICMS sobre as vendas não presenciais, sem a exigência de contrapartida em investimentos vinculados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Os incentivos fiscais são reconhecidos em conta redutora da rubrica de impostos sobre vendas de mercadoria e serviços – ICMS.

**(ii)** A variação da receita está diretamente relacionada à inativação de produtos do nosso catálogo e, adicionalmente, à falta de estoque nas lojas, o que impactou diretamente a disponibilidade de itens para venda e o desempenho comercial no período.

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Custos dos produtos vendidos**

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Custo das vendas	(138.632)	(171.596)
Realização da mais-valia de estoque	-	(271)
(Provisão) reversão s/margem negativa	(5.932)	350
custo das vendas cut-off	(2.307)	(786)
<b>Total</b>	<b>(146.871)</b>	<b>(172.303)</b>

**26. Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza****a) Despesas comerciais**

Consolidado	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(40.090)	(37.193)
Transportes	(27.108)	(27.773)
Outras despesas comerciais	(1.696)	(3.344)
Locação de equipamentos	(735)	(900)
Segurança e serviços prediais	(4.517)	(5.926)
Propaganda e publicidade	(14.478)	(17.960)
Energia, água e gás	(5.314)	(6.013)
Uso e consumo	(1.067)	(1.664)
Aluguel, condomínio e IPTU	(7.850)	(7.958)
Tecnologia da Informação e Telecomunicações (i)	297	(3.664)
Meios de pagamento	(6.340)	(7.392)
Perdas e Doações	-	(1.766)
Depreciação e amortização	(31.046)	(35.884)
Serviço de terceiros	(1.275)	(5.144)
Consultoria e assessoria	(247)	34
Chapas- carregamento e descarregamento	(2.186)	(1.303)
<b>Total</b>	<b>(143.652)</b>	<b>(163.850)</b>

(i) No período, a Companhia revisou provisões constituídas em exercícios anteriores e efetuou a reversão parcial de valores anteriormente registrados acima da melhor estimativa atual das obrigações, adequando os saldos ao montante considerado necessário na data-base das informações financeiras.

**b) Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(1.390)	(2.460)	(14.510)	(27.331)
Aluguel, condomínio e IPTU (i)	(37)	(37)	(2.947)	(76)
Tecnologia da Informação	(780)	(27)	(6.727)	(3.147)
Outras despesas	(132)	(479)	(1.871)	(891)
Telecomunicação	-	-	(27)	(26)
Uso e consumo	-	-	(1.956)	(3.909)
Despesas judiciais	(255)	(86)	(3.934)	(2.226)
Depreciação e amortização	(1.058)	(271)	(11.519)	(17.259)
<b>Total</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(3.360)</b>	<b>(43.491)</b>	<b>(54.865)</b>

A variação nos saldos comparativos com o período de 2025 demonstrada acima está relacionada diretamente à captura de sinergias.

(i) O saldo não fica comparável porque houve alteração no agrupamento das contas contábeis para o período em questão.

## 27. Outras receitas e despesas operacionais

### a) Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Gastos extraordinários (i)	(5.124)	(288)	(5.377)	(481)
Multas sobre impostos	-	-	-	(379)
Plano de opções e bônus de subscrição	-	-	-	(37)
Outras despesas não recorrentes	-	-	(528)	228
Perda líquida na venda de ativo imobilizado	-	-	(8)	-
<b>Total</b>	<b>(5.124)</b>	<b>(288)</b>	<b>(5.913)</b>	<b>(669)</b>

(i) Os gastos extraordinários referem-se a gastos com consultores financeiros e jurídicos, serviços de due diligence contábil, fiscal e legal, honorários de auditoria independente, bem como despesas com assessoria regulatória, estruturação e comunicação institucional vinculadas à concretização da transação com a tok&stok.

### b) Outras receitas

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Efeitos tributários não recorrentes	484	304
Reversão de contingências (i)	-	9.643
Ganho líquido na venda de ativo Imobilizado	-	470
Outras receitas (ii)	1.539	-
<b>Total</b>	<b>2.023</b>	<b>10.417</b>

(i) Refere-se a um estorno de provisão relacionado a TAC (Termo de ajustamento de conduta), onde o julgamento determinou o pagamento menor do que o saldo provisionado.

(ii) O principal impacto no período refere-se ao estorno da provisão de reestruturação constituída em período anterior.

## 28. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(53)	(4.542)	(22.006)	(21.978)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(10.154)	(10.488)
Juros sobre antecipação de recebíveis - Adquirentes	-	-	(10.417)	(11.338)
Juros sobre antecipação de recebíveis	-	-	(2.586)	(2.421)
Variações monetárias passivas	-	-	(45)	(526)
Multa e Juros sobre Impostos	(3)	-	(4.337)	(66)
Outras receitas (despesas financeiras)	(394)	(1)	(576)	2.515
Atualizações monetárias	-	-	(83)	(406)
Descontos financeiros concedidos	-	-	-	(810)
<b>Total</b>	<b>(450)</b>	<b>(4.543)</b>	<b>(50.204)</b>	<b>(45.518)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Variação monetária ativa	-	1	1.676	1.112
Juros de aplicações financeiras	1	-	80	420

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Descontos financeiros obtidos	-	-	104	29
Outras Receitas Financeiras	-	-	794	-
Juros Ativos	6.529	-	-	139
<b>Total</b>	<b>6.530</b>	<b>1</b>	<b>2.654</b>	<b>1.700</b>
<b>Total</b>	<b>6.080</b>	<b>(4.542)</b>	<b>(47.550)</b>	<b>(43.818)</b>

**29. Imposto de renda e contribuição social****29.1. Reconciliação da alíquota efetiva**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(56.801)	(32.460)	(75.496)	(43.858)
IRPJ e CSLL - 34%	19.312	11.036	25.669	14.912
<b>Ajustes para reconciliação:</b>				
Equivalência patrimonial	(18.412)	(8.251)	-	-
Efeito fiscal - reversão de diferenças temporárias (mais valia)	252	-	412	-
IRPJ e CSLL apurados	19.312	11.036	25.669	14.912
Alíquota de Imposto Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Conforme demonstrado no quadro acima, a Companhia apurou prejuízos contábeis nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, tanto na controladora quanto no consolidado.

Em 31 de março de 2026, a Mobly possuía prejuízo fiscal acumulado e não contabilizado no montante de R\$ 674.581 (R\$ 629.143 em 31 de dezembro de 2025) e a Tok&Stok possuía R\$ 1.582.091 (R\$ 1.517.419 em 31 de dezembro de 2025) para compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição.

**30. Instrumentos financeiros**

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de carácter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do Grupo.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo, foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequados. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes a serem realizados no mercado de troca corrente.

**a) Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros**

Todos os ativos e passivos do Grupo são mensurados ao custo amortizado e, em todos os casos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo com taxas pós-fixadas.

As contas a receber de clientes são de curto prazo e já são ajustadas pela perda esperada.

Os valores a pagar a fornecedores são devidos no curto prazo.

**b) Política de gestão de riscos**

O Grupo possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

**c) Administração financeira de risco**

As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

**i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou insumos adquiridos**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelo Grupo e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos do Grupo. Para mitigar esses riscos, o Grupo monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se ao movimento de preço.

**ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis desses ativos representam a exposição máxima do crédito.

Grande parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de vendas de Marketplace onde a contraparte é a companhia cujo website o consumidor usou para efetuar a compra. Dessa forma, as contrapartes são companhias de varejo de grande porte, para os quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis.

Uma parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes e subadquirentes de grande porte, para os quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis.

O Grupo passou a operar cartões private label em parceria com a empresa administradora de meios de pagamento WayUp a partir de outubro de 2022. Essa solução de pagamento gera recebíveis que são analisados conforme curva de mercado e, a partir das análises, são provisionadas perdas para o saldo total de recebíveis. Essas perdas foram provisionadas com base na curva de vencimentos projetada pela administradora de pagamentos com base no histórico de mercado. O critério será revisado quando a Companhia tiver base histórica para analisar a metodologia. As provisões se encontram nos montantes apresentados como perda de crédito esperada (Nota Explicativa nº 6).

O Grupo constituiu provisão especificamente para a sua carteira de contas a receber decorrente das receitas geradas por vendas a pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. O Grupo faz uma análise individualizada de cada cliente, verificando a necessidade de provisionamento de acordo com o risco apresentado para cada caso.

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	109	40.834	30.718
Contas a receber	6	-	-	78.949	106.887
<b>Exposição total</b>		<b>2</b>	<b>109</b>	<b>119.783</b>	<b>137.605</b>

**iii) Contas a receber**

A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas receitas de vendas usando o cartão Mobly e vendas feitas para pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. Os demais saldos de contas a receber são garantidos por grandes players do mercado, o Grupo fez uma avaliação de risco dessas empresas e não constitui nenhuma provisão para estes saldos.

A administração não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

**iv) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais**

Como avaliado na nota de risco de crédito, o Grupo realiza uma avaliação de risco de crédito a nível do cliente e, com base nessa informação, avalia o risco de crédito para todos os seus clientes. Quando um risco material é identificado, é constituída uma provisão do valor a receber correspondente.

**v) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo mantém uma relação próxima com instituições financeiras para garantir linhas de crédito aprovadas. Além disso, o Grupo também pode negociar os termos com os fornecedores, e antecipar seus recebíveis de cartão de crédito, se necessário.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações financeiras trimestrais. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros não derivativo	Notas	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
			Controladora 31/03/2026				
			Valor total	Menos de 1 mês	1-3 meses	4-12 meses	Maior que 1 ano
Fornecedores	14	18.286	18.287	2.743	4.572	10.972	-

Passivos financeiros não derivativos	Notas	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
			Consolidado 31/03/2026				
			Valor total	Menos de 1 mês	1-3 meses	4-12 meses	Maior que 1 ano
Fornecedores	14	206.678	206.678	31.001	51.670	124.007	-
Risco sacado	14.1	29.742	29.742	-	3.973	25.769	-
Passivos de arrendamentos	21	360.693	360.693	7.250	19.406	65.071	268.966
Empréstimos e financiamentos	16	500.357	500.357	-	-	20.224	480.133
Dívidas com acionistas não controladores	23	81.091	81.091	-	-	-	81.091
<b>Total</b>		<b>1.178.561</b>	<b>1.178.561</b>	<b>38.251</b>	<b>75.049</b>	<b>235.071</b>	<b>830.190</b>

**vi) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**vii) Risco de taxa de juros**

A exposição ao risco da taxa de juros é decorrente da exposição a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relacionado a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais.

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros atuais sobre empréstimos. Com todas as variáveis mantidas constantes, o resultado do Grupo antes do imposto de renda é afetado pelo impacto na taxa de juros flutuante.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, o Grupo considerou uma redução na taxa de juros do CDI para 12,50%, conforme boletim Focus de 27/03/2026, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros. Em 31 de março de 2026 foi considerado o cenário base atual e de aumento e queda nas taxas de juros. Os efeitos esperados das receitas de aplicações financeiras e despesas de empréstimos e financiamentos para os próximos 12 meses são como segue:

Saldo em 31/03/2026	Controladora	Consolidado
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5)	-	25.101
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>25.101</b>

<b>Exposição Líquida</b>	<b>-</b>	<b>25.101</b>
--------------------------	----------	---------------

<b>Impacto no resultado financeiro</b>		
Cenário Base - 14,75 % a.a.	-	3.473
Cenário Provável - 12,50 % a.a.	-	2.971

Saldo em 31/03/2026	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16)	997	520.577
<b>Total</b>	<b>997</b>	<b>520.577</b>

<b>Exposição Líquida</b>	<b>997</b>	<b>520.577</b>
--------------------------	------------	----------------

<b>Impacto no resultado financeiro</b>		
Cenário Base - 14,75 % a.a.	138	72.036
Cenário Provável - 12,50 % a.a.	118	61.617

**viii) Risco cambial**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos. Os resultados do Grupo não estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os seus passivos em dólar norte-americano, uma vez que a administração entende que o risco cambial não é relevante.

O risco cambial é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de uma exposição flutuam devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao nível do consolidado ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se aos fornecedores estrangeiros em dólar no montante de R\$486 em 31 de março de 2026 (R\$695 em 31 de dezembro de 2025).

As operações de swap permutam os riscos cambiais decorrentes de parte do financiamento à importação por derivativos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário, reduzindo a exposição do Grupo às oscilações cambiais. Os contratos habilitados possuem o vencimento de 180 dias.

O Grupo realizou uma análise de sensibilidade, apresentando cenário de câmbio do boletim Focus de 27/03/2026.

<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Fornecedores estrangeiros</b>	<b>486</b>
<b>Saldo (R\$)</b>	<b>486</b>
<b>Saldo (USD)</b>	<b>93</b>
<b>Impacto no resultado financeiro</b>	
Cenário base - 5,22	486
Cenário provável - 5,45	508

## 31. Eventos subsequentes

### Incorporação de empresas

#### Estok Atacadista

Em 11 de maio de 2026, foi aprovada a incorporação da empresa Estok Atacadista pela Estok Distribuidora, ambas integrantes do Grupo. A operação teve como objetivo a simplificação da estrutura societária e operacional, visando ganho de eficiência administrativa, logística e tributária, bem como a centralização das operações na sociedade incorporadora. Em decorrência da incorporação, a Estok Atacadista foi extinta, sendo seus ativos, passivos, direitos e obrigações integralmente sucedidos pela Estok Distribuidora, nos termos da legislação societária aplicável. A Administração entende que a operação não produz impactos relevantes nas informações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em vista tratar-se de reorganização societária entre empresas sob controle comum.

#### Mobly Atacadista

Em 11 de maio de 2026, foi aprovada a incorporação da empresa Mobly Atacadista pela Mobly Varejista, ambas integrantes do Grupo. A operação teve como objetivo a simplificação da estrutura societária e operacional, visando ganho de eficiência administrativa, logística e tributária, bem como a centralização das operações na sociedade incorporadora. Em decorrência da incorporação, a Mobly Atacadista foi extinta, sendo seus ativos, passivos, direitos e obrigações integralmente sucedidos pela Mobly Varejista, nos termos da legislação societária aplicável. A Administração entende que a operação não produz impactos relevantes nas informações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em vista tratar-se de reorganização societária entre empresas sob controle comum.

### Encerramento de lojas

A Companhia realizou o fechamento de 10 lojas localizadas em praças consideradas não estratégicas ou com desempenho operacional abaixo do esperado. A decisão faz parte do processo contínuo de revisão e otimização da estrutura operacional e comercial da Companhia, com foco em ganho de eficiência, racionalização de custos e melhoria da rentabilidade das operações. A tomada de decisão foi na última semana de abril de 2026 e o aviso aos locadores foi feito na primeira semana de maio de 2026. A Administração está avaliando os impactos decorrentes do encerramento das operações, incluindo eventuais efeitos relacionados à rescisão contratual de locações, baixa de ativos e demais obrigações associadas às unidades descontinuadas. Até a data de emissão destas informações financeiras, não foram identificados impactos relevantes adicionais que demandem ajuste nas informações financeiras do período findo em 31 de março de 2026.

### **Pedido de Recuperação Judicial**

Em 11 de maio de 2026, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a reorganização de sua estrutura de capital, preservar a continuidade operacional de suas atividades, manter a geração de empregos e assegurar o cumprimento de suas obrigações perante credores e demais stakeholders. A Administração entende que o processo de recuperação judicial permitirá a implementação de medidas voltadas ao reequilíbrio financeiro e operacional da Companhia, incluindo a renegociação de passivos e a adequação da estrutura operacional ao atual cenário econômico-financeiro.

O referido pedido foi ajuizado sob sigilo de justiça e, conforme divulgado ao mercado, houve decisão judicial de natureza interlocutória determinando a complementação de documentos e concedendo, em caráter provisório, medidas de urgência destinadas à preservação das atividades das requerentes, incluindo a antecipação dos efeitos do stay period pelo prazo de 60 dias, até a análise do atendimento aos requisitos para o processamento da recuperação judicial.

Até a data de emissão destas informações financeiras, o pedido aguarda apreciação judicial, não sendo possível estimar integralmente os impactos futuros decorrentes do andamento do processo. A Administração seguirá monitorando os desdobramentos relacionados ao tema e avaliará eventuais efeitos adicionais nas informações financeiras dos próximos exercícios.

### **Agrupamento de ações**

A Companhia informa que, conforme Fato Relevante divulgado pela Mobly RI em 30 de abril de 2026, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção divulgada ao mercado, com o objetivo de adequar a cotação das ações a um patamar mais compatível com as práticas de mercado e os requisitos de negociação da B3.

O grupamento não implicou alteração no valor do capital social da Companhia, resultando apenas na modificação da quantidade de ações em circulação, mediante a correspondente redução da quantidade de ações detidas por cada acionista, preservada a participação proporcional no capital social.

A Administração entende que o referido evento não produz impactos contábeis relevantes sobre as informações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2026, sendo seus efeitos restritos à base acionária e à negociação das ações da Companhia no mercado.

### **Alteração na Diretoria Estatutária**

A Companhia informa que, conforme Fatos Relevantes divulgados pelo Grupo após o encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2026, foram aprovadas alterações na composição da Administração e do Conselho de Administração da Companhia, incluindo mudanças em cargos executivos e de governança corporativa.

As alterações ocorreram no contexto do processo de reestruturação organizacional e fortalecimento da governança corporativa do Grupo, visando maior alinhamento estratégico e suporte à implementação das medidas operacionais e financeiras atualmente em curso.

A Administração entende que tais alterações não geram impactos contábeis relevantes nas informações financeiras do período, sendo seus efeitos restritos à estrutura de governança e administração da Companhia.

\* \* \*

**Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Referentes ao período findo em 31 de março de 2026 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

André Ferreira Peixoto  
Diretor Presidente

Fabio Ferrante  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleberson dos Santos Alves  
Contador CRC SP-349301/O-1